



Universidade Federal de Campina Grande

Centro de Humanidades

Programa de Pós Graduação em Sociologia.

**Papéis sociais e diferenciais de gênero no assentamento José
Antônio Eufrouzino, semi-árido paraibano.**

Gilmara de Melo Ferreira

Orientador: **Prof º. Dr. Luís Henrique Cunha**

Campina Grande, Paraíba.

Junho de 2006



Gilmara de Melo Ferreira

**Papéis sociais e diferenciais de gênero no assentamento José
Antônio Eufrouzino, semi-árido paraibano.**

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós Graduação em
Sociologia da Universidade Federal
de Campina Grande, em cumprimento
às exigências para obtenção do
título de mestre.

Orientador: Prof.º. Dr. Luís Henrique Cunha

Campina Grande, Paraíba.

Junho de 2006

Gilmara de Melo Ferreira

**Papéis sociais e diferenciais de gênero no assentamento José
Antônio Eufrouzino, semi-árido paraibano.**

Comissão Examinadora:

Prof^o. Dr. Luís Henrique Cunha (UFCG)
(Orientador)

Prof^a. Dr^a Ramonildes Alves Gomes (UFCG)
(Examinadora Interna)

Prof^a. Dr^a Thelma Maria Grisi Veloso (UEPB)
(Examinadora Externa)

Campina Grande, Paraíba.

2006

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

A minha mãe que lutou e ainda luta diante de inúmeros obstáculos e não desistiu, antes perseverou até o fim, até fazer-nos acreditar que a mulher pode ser forte tanto quanto ou mais que o homem, que ser mulher sempre vale a pena, mesmo numa sociedade de valores corrompidos, injusta, e preconceituosa.

As mulheres do assentamento José Antônio Eufrouzino, desbravadoras que lutam pela terra e sobrevivência de si e de sua família.

A todas as mulheres, todas vencedoras...

“A relação mulher-meio ambiente vem ‘naturalizada’; em nenhum momento se toca na carga de trabalho feminino, nem na divisão sexual do trabalho. (...) a condição feminina como a situação de classe, de raça, de etnia, naturaliza-se na medida em que se reproduzem no processo histórico do desenvolvimento da(s) sociedade(s), institucionalizando-se pela tradição e pela formalização do natural instituído (...).”

(Elza Marques Vieira, 1994).

Agradecimentos

Ao meu Deus e Senhor Jesus Cristo, pela vida, graça e capacidade de crescimento intelectual.

Ao meu amor, que, com carinho, sempre apoiou-me em todos os momentos, inclusive viajando comigo durante quase toda a pesquisa de campo. Dias e dias de muito trabalho, debaixo de sol, chuva, enfim de muitas aventuras. Te amo!

À minha família, pelo incentivo, minha mãe e minhas irmãs a quem amo muito.

Ao meu orientador, pela confiança e dedicação na elaboração deste trabalho. Pela sua competência acadêmica e intelectual.

A Aldo e Roberto pela ajuda na aplicação de alguns questionários e informações que nos foi de grande importância para conclusão deste trabalho, além da companhia nas grandes aventuras de campo.

A toda equipe de professores e funcionários do mestrado.

Aos meus colegas pela companhia e amizade.

As minhas colegas da graduação e as poucas mas preciosas amigas que estiveram igualmente me apoiando nesse desafio.

À CAPES, pelo financiamento.

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente com palavras, carinho, amor, compreensão e confiança para comigo, sem essa motivação talvez não tivesse chegado até aqui.

Resumo

A emergência e expansão dos assentamentos rurais trouxeram à tona novos espaços e redes de sociabilidade, refazendo-se e reconstruindo-se os antigos e estabelecendo novas dinâmicas e relações sociais. No entanto, existem peculiaridades quando o assentamento se localiza numa região semi-árida nordestina e possui uma articulação do MST muito forte, aliando luta, conquista e um cotidiano com interação de diversos atores sociais, a partir da construção de gênero, classe, acesso e uso dos recursos naturais. Porque gênero é uma categoria relacional, este trabalho inclui seus impactos tanto sobre os homens quanto sobre as mulheres referindo-se às diferenças nas experiências, preferências, necessidades, oportunidades e restrições enfrentadas por ambos, em virtude dos seus papéis socialmente designados, em suas relações com o meio ambiente. Contudo, nossa análise é mais específica, por isso focalizamos os impactos das relações de gênero sobre as mulheres no Projeto de Assentamento José Antônio Eufrouzino, localizado no município de Campina Grande/PB, com o intuito de demonstrar em que medida o trabalho e a posição da mulher estão vinculados à invisibilidade e subordinação, respectivamente, haja vista que consideramos que mesmo na divisão sexual do trabalho, de quem faz o quê e quando, os papéis sociais, assim como tudo que é social, são dinâmicos e por isso mudam a cada contexto, assumem novos contornos que apontam para algumas permanências, mas expressam também transformações. Esta dissertação pretende, ao final, contribuir com uma reflexão sobre o lugar da mulher nos assentamentos de reforma agrária num momento em que cada vez mais se discute e se amplia a participação feminina em todas as instâncias da vida social rural, especialmente nas questões relacionadas a diferenciação dos papéis sociais de homens e mulheres. Assim, constatamos que no assentamento, apesar de homens e mulheres ainda estarem relacionados a papéis e tarefas tradicionais, podemos visualizar mudanças significativas em relação à participação da mulher no processo organizativo do assentamento, bem como a valorização do trabalho destas.

Palavras Chaves: gênero, trabalho, assentamento e papéis sociais.

Abstract

The emergency and expansion of the rural establishments brought new spaces and sociability, doing and building some old establishments and new dynamic and social relationships. However, there are peculiarities about the places where the establishments are located once it is located in a semi-arid in northeastern and it has a strong articulation of MST that has fought and has conquered a daily social action, using all the strength and the natural resources. Because gender is a category of relationship, this work has an impact on the men and also on the women relating to the different experiences, preferences, needs, opportunities and restrictions faced for both, according to the role they develop in society, and in their relationship with the environment. However, this analysis is very specific because it has been focus on impacts of the relation between the genders and also about the women in the Project of establishments in José Antônio Eufrouzino located in Campina Grande PB, showing how the work of the women and their position are related to the invisibility and subordination. This has been considered the sexual division of the work that shows who and when the work is done, the social roles, and the dynamic that this problem is related because it shows a lot of transformation. This dissertation intends to contribute with a reflection of the women's place especially in the moment that it has been talked about the participation of the women in all rural social life, and on issues related to the differentiation of the men's social roles and women. Like this, we verified that in the establishment, in spite of men and women be still related to relationship and traditional tasks, we can visualize significant changes in relation to the woman's participation in the process organizativo of the establishment, as well as the valorization of the work of these.

Key words: gender, work, establishment and social roles.

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Introdução..... | 13 |
| Capítulo I. Estudos de gênero e problemática ambiental..... | 25 |
| 1.1 As Relações de gênero como problemática sociológica..... | 25 |
| 1.2 Gênero e papéis sociais..... | 28 |
| 1.3. “A naturalização da mulher e a feminização da natureza.” | 32 |
| 1.3.1. A Ecologia Política Feminista..... | 34 |
| 1.4 Acesso e uso dos recursos naturais..... | 37 |
| Capítulo II. A inserção da mulher na luta pela terra no Brasil e nos assentamentos rurais..... | 40 |
| 2.1 Os assentamentos de reforma agrária no campo brasileiro..... | 42 |
| 2.2 As mulheres nos assentamentos..... | 44 |
| 2.3 Agricultura Familiar e a participação da mulher no processo de luta via MST..... | 48 |
| Capítulo III. A construção espacial do assentamento José Antônio Eufrouzino quanto ao acesso e uso dos recursos naturais..... | 53 |
| 3.1 A constituição do espaço social do assentamento..... | 54 |
| 3.2 As áreas comuns e o processo de loteamento..... | 57 |
| 3.3 Recursos comuns, conflitos e estratégias de regulação..... | 59 |

| | |
|---|----|
| 3.3.1 A exploração da madeira nas áreas de reserva..... | 60 |
| 3.3.2 A pesca e a caça no assentamento..... | 60 |
| 3.3.3 A utilização da pastagem coletiva..... | 62 |
| 3.4 A infra-estrutura | 63 |
| 3.5 Agricultura e Criação de Animais..... | 66 |

Capítulo IV. A visibilidade do trabalho feminino no P. A. José Antônio

| | |
|------------------------|-----------|
| Eufrouzino..... | 71 |
|------------------------|-----------|

| | |
|--|----|
| 4.1 Perfil dos assentados entrevistados..... | 72 |
| 4.2 Da importância da mulher..... | 75 |
| 4.2.1 Da visibilidade do trabalho da mulher..... | 76 |
| 4.3 Da divisão de tarefas..... | 79 |
| 4.3.1 Dos serviços domésticos..... | 81 |
| 4.3.1.1 Da responsabilidade da mulher com a casa e os filhos..... | 82 |
| 4.3.2 Dos serviços agrícolas..... | 83 |
| 4.4 Da relação da mulher com a terra..... | 84 |
| 4.5 Da participação da mulher nas decisões domésticas e do assentamento..... | 88 |
| 4.6 Da participação da mulher na luta política..... | 89 |

| | |
|----------------------------------|-----------|
| Considerações Finais..... | 98 |
|----------------------------------|-----------|

| | |
|--|------------|
| Referências Bibliográficas..... | 102 |
|--|------------|

| | |
|--------------------|------------|
| Anexos..... | 109 |
|--------------------|------------|

RELAÇÃO DOS GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 - Origem das famílias assentadas do P.A. José Antônio Eufrouzino 55

Gráfico 2 - Famílias que exercem a atividade da pesca do P.A. José Antônio Eufrouzino 58

Gráfico 3 - Tipos de moradia das famílias do P.A. José Antônio Eufrouzino 65

Gráfico 4 - Composição das famílias por residência do P.A. José Antônio Eufrouzino 66

Gráfico 5 - Produtos cultivados entre as famílias assentadas do Projeto de Assentamento José Antônio Eufrouzino. 67

Gráfico 6 - Criação de animais das famílias assentadas do P.A. José Antônio Eufrouzino 68

Gráfico 7 - Distribuição dos serviços domésticos no PA. José Antônio Eufrouzino 81

Gráfico 8 - Distribuição dos serviços agrícolas no PA. José Antônio Eufrouzino 84

Quadro 1 - Informações dos casais entrevistados no PA. José Antônio Eufrouzino 73

Quadro 2 - Questões específicas sobre a mulher feitas durante as entrevistas 75

RELAÇÃO DAS FOTOS

| | |
|---|-----|
| Foto 1 – Barraco de taipa coberto com lona, sacos de nylon e telhas | 69 |
| Foto 2 – Barraco de taipa todo coberto com lona | 69 |
| Foto 3 – Barraco de taipa coberto com telha | 70 |
| Foto 4 – Cozinha de uma assentada | 70 |
| Foto 5 – Família assentada na colheita da batata doce | 93 |
| Foto 6 – Assentado colocando água para os animais | 93 |
| Foto 7 – Assentado cortando palma para os animais | 94 |
| Foto 8 – Assentado na lida com o gado | 94 |
| Foto 9 – Assentado na lida com a Mamona | 95 |
| Foto 10 – Assentada no trabalho doméstico (lavando a louça) | 95 |
| Foto 11 – Assentada no trabalho doméstico (secando a louça) | 96 |
| Foto 12 – Assentada no trabalho doméstico (preparando a comida) | 96 |
| Foto 13 – Assentada lavando roupas | 97 |
| Foto 14 – Assembléia com técnicos do INCRA para definição dos lotes (anexos) | 110 |
| Foto 15 – Assentado e sua esposa vindo da pescaria (anexos) | 110 |
| Foto 16 – Assentada tratando o peixe para o almoço (anexos) | 111 |
| Foto 17 – Reunião de núcleo (anexos) | 111 |

Introdução

Grande parte dos diagnósticos e proposições sobre o semi-árido brasileiro tem como referência imagens historicamente construídas sobre um espaço-problema, terra das secas e da miséria. Na primeira metade do século XX, surgem olhares críticos sobre as causas estruturais e conseqüências da miséria regional. Essa perspectiva crítica volta a ganhar força na década de 1980, com as propostas e ações para convivência com o semi-árido. Tanto o combate à seca quanto a convivência com o semi-árido vinculam-se a visões de mundo que orientam os conhecimentos e práticas dos atores sociais, influenciando a formulação e execução de políticas públicas (Cunha, 1997).

Este trabalho parte do pressuposto geral, inspirado na ecologia política ‘feminista’, que qualquer estratégia de convivência com o semi-árido deve levar em conta as diferenças de gênero (que certamente são constitutivas de uma imagem estereotipada do sertão como espaço social tradicional) e as transformações nas relações entre homens e mulheres e em suas interações com a natureza, ocorridas nas últimas décadas.

O combate à seca está intimamente relacionado ao paradigma tradicional, que tem por base uma visão fragmentada, mecanicista e utilitarista do mundo e, particularmente, da natureza. O estranhamento e distanciamento entre ser humano e natureza são orientados pela crença da dominação antropocêntrica e também masculina que permite dispor, de forma predatória, os recursos naturais para o crescimento econômico e satisfação do consumismo acelerado. As adversidades naturais devem ser combatidas para que o domínio humano se realize plenamente: a

falta de água deve ser enfrentada com as soluções hídricas; a baixa produtividade com as tecnologias inovadoras e a modernização das propriedades rurais, etc (Silva, 2003).

Por outro lado, a culpabilidade da natureza é um artifício ideológico usado para encobrir as questões estruturais geradoras da miséria: a concentração das terras, das riquezas e do poder, combinada com a exploração do trabalho humano, o mau uso dos recursos públicos e o abandono da região a uma lógica econômica que concentra os investimentos em áreas dinâmicas, descartando as áreas tradicionais ou estagnadas (Duque, 2002). Assim, achamos importante questionar quais os lugares sociais destinados/assumidos pelas mulheres nas famílias rurais residentes no semi-árido nordestino.

Para Silva (2003), a convivência com o semi-árido está relacionada a um paradigma emergente que se baseia em uma visão ecológica, rompendo com a visão antropocêntrica de dominação e proporcionando a reconciliação do ser humano com a natureza. A convivência com o semi-árido teria por base uma percepção holística sobre as realidades complexas dos ecossistemas e a valorização de conhecimentos, valores e práticas apropriadas ao meio ambiente. E essa percepção deveria estimular as iniciativas que visem à melhoria da qualidade de vida das populações locais. Assim, segundo o autor, o grande desafio é a transformação dessas alternativas ou modelos em políticas de desenvolvimento sustentável do semi-árido brasileiro, enquanto conjunto de medidas capazes de modificar os padrões de produção, consumo, apropriação, reprodução e gestão dos bens e recursos disponíveis de acordo com um modelo complexo de sustentabilidade.

Diante desse contexto de debate sobre alternativas de convivência com o semi-árido, esta dissertação focaliza o trabalho da mulher, bem como algumas vertentes que a identifica com a natureza e as diferenciações socialmente construídas dos papéis sociais, no âmbito do debate

sobre as “questões de gênero” e as experiências dos assentados do Projeto de Assentamento (PA) José Antônio Eufrouzino, localizado na porção mais árida do município de Campina Grande.

Nas últimas décadas, as tentativas de relacionar os estudos de gênero com as questões ambientais fizeram surgir vários estudos sobre as especificidades das formas de inserção das mulheres com a problemática da sustentabilidade, com ênfase para populações rurais de países em desenvolvimento (Veiga, 1993; Henry, 1999; Almeida, 1994).

Estudos sobre a maneira como as mulheres se relacionam com recursos naturais diversos, tanto em áreas urbanas quanto rurais (Davidson, 1993); sobre os efeitos das mudanças ambientais sobre a qualidade de vida das mulheres (Harnmeijer e Waters- Bayer, 1993); sobre as conexões entre gênero, pobreza e políticas de desenvolvimento (Dem, 1993); e sobre a participação feminina em movimentos sociais de cunho ambiental (Miller, Hallstein e Quass, 1996; Brú-Biuster, 1996) são exemplos dos esforços em demarcar as diferenças de gênero em termos das experiências, responsabilidades e interesses em relação à natureza e à proteção ambiental (Rocheleau, Thomas - Slayter e Wangari, 1996).

As mulheres têm sido vistas por muitos autores envolvidos no debate sobre meio ambiente e desenvolvimento como gerenciadoras privilegiadas para tratar questões ambientais, ou seja, como uma fonte de soluções para a crise ambiental. O crescente reconhecimento destas conexões entre a crise no desenvolvimento, a profunda crise ambiental e o crescimento da pobreza e das desigualdades de gênero abriram caminho para a formulação da noção de desenvolvimento sustentável (Barbieri, 1997; Di Ciommo, 1999).

Neste sentido, nossa proposta implica na realização de um estudo da suposta identificação entre mulher e natureza que baseia grande parte dos esforços teóricos e empíricos de relacionar as temáticas de gênero e meio ambiente. Para isso, analisamos na literatura sociológica como a

mulher é relacionada à natureza em suas diferentes perspectivas e concepções num processo de ‘naturalização da mulher e de feminização da natureza’, de modo a aprofundar nossa compreensão empírica do cotidiano das mulheres que pretendemos estudar. Esta análise procurou não perder de vista as transformações da sociedade que fundamentam mudanças nas relações de poder e no conjunto dos valores a nortear as discussões ambientais e de gênero, que devem ser entendidos no contexto histórico em que estão inseridos os atores sociais.

Partimos da premissa de que homens e mulheres têm diferentes papéis sociais e que isso implica em relações diferenciadas com o ambiente, particularmente quanto às tarefas cotidianas (expressas na divisão sexual do trabalho) refletidas em diferenças de gênero quanto ao uso, acesso e controle dos recursos naturais disponíveis em áreas de assentamentos rurais. Estas relações diferenciadas evidenciam tanto desigualdades de poder quanto respostas particulares aos constrangimentos ambientais, principalmente os desafios colocados pela natureza no ecossistema semi-árido paraibano como o déficit hídrico, causado pela evapotranspiração, a irregularidade das precipitações e em sua maior parte o solo cristalino recoberto por uma camada de terra extremamente rasa, com vegetação de baixo porte e plantas cactáceas.

Abordar a questão de gênero não tem sido somente uma tarefa da interdisciplinaridade acadêmica, mas uma prática nos assentamentos rurais, cujos agentes têm buscado discutir o lugar da mulher nas esferas organizativas e produtivas. A imagem da mulher é construída sobre diferentes nuances, de acordo com perspectivas teóricas específicas e com o contexto social.

Parte significativa da literatura sugere haver uma relação inata fundamental entre mulher e natureza, daí a necessidade de desconstruir esse paradigma patriarcal e reducionista em relação às mulheres. Desse modo, considerando gênero como categoria social e por isso construída socialmente, nossa análise não pode perder de vista as transformações da sociedade que

fundamentam mudanças nos papéis sociais, na divisão do trabalho, nas relações de poder e no conjunto de valores a nortear as discussões ecológicas e de gênero.

A definição de gênero no sentido de uma construção cultural estimulou uma ampla corrente de análises de ‘homens’ e ‘mulheres’ como categorias simbólicas em diferentes culturas. Busca-se uma explicação universalizante ‘cultural’, não biológica ao ordenamento binário e hierárquico das associações simbólicas do masculino e feminino. Mas a questão de gênero, ao nosso ver, deve combinar duas noções: construção cultural e relação social, abrindo um vasto campo de análises constituído numa tripla dimensão: dar conta das variações culturais e da historicidade das práticas sociais; articular-se com os processos de individuação, autonomia e construção de identidades; e abordar a construção e as práticas de gênero em termos de relações de poder (Scott, 1986; Barbieri, 1993; Pinto, 1992; Rago, 1996; Fonseca, 1996). Daí a complexidade e o desafio de se abordar sociologicamente uma categoria tão repleta de diferentes perspectivas e inúmeras abordagens.

Para essa tarefa, contamos com a ecologia política, que se encontra num momento fundacional de um campo teórico-prático, na construção de uma nova abordagem do pensamento crítico e da ação política. Segundo Leff (2003), a ecologia política problematiza a mudança mais recente da condição existencial do ser humano, partindo de uma crítica radical dos fundamentos ontológicos e metafísicos da epistemologia moderna que foi fundada na diversidade biológica, na ordem ecológica e na organização simbólica que dão sua identidade a cada cultura. A ecologia política vem interrogar a condição do ‘ser’, do ‘agir’, a partir do real construído simbolicamente. Ela concerne não só na abordagem de conflitos de distribuição ecológica, mas na compreensão das relações de poder que se entrelaçam entre os mundos de vida das pessoas e o mundo globalizado. É nessa abordagem que se inclui a perspectiva da ecologia política feminista, que propõe debater a problemática de gênero levando em conta os comportamentos dos homens e

mulheres em relação aos recursos naturais nessas relações de poder, nessa prática político-ecológica a partir dos diferentes papéis sociais que cada sociedade atribui ao masculino e feminino.

Para isso, delimitamos um espaço social de grande diversidade de situações que envolvem os comportamentos de homens e mulheres no manejo dos recursos naturais: os assentamentos, que são processos de organização coletiva, o que os converte em espaços privilegiados para a organização e cooperação entre seus membros. A organização espacial, a história de luta e a proximidade das relações e reivindicações comuns funcionam como elementos de empoderamento de homens e mulheres, socialmente excluídos, no avanço do esforço para garantir suas sobrevivências e de suas famílias a partir da apropriação dos recursos naturais (Leite et al., 2004; Franco e Thomaz Junior, 2002).

Embora os debates atuais sobre as alternativas de trabalho no ambiente rural frisem o papel sempre mais relevante das atividades não agrícolas na manutenção das famílias rurais, o raciocínio que sustenta essa argumentação não vale para o semi-árido, justamente pela falta de oportunidades de empregos fora da agricultura familiar, uma vez que a própria pobreza do ambiente não é capaz de atrair investimentos capitalistas, nem na agricultura, nem nos setores industriais e de serviços. A agricultura ainda é o meio de vida principal da população rural do semi-árido, e isso apesar das condições particularmente difíceis do meio natural e deles serem os principais consumidores do que plantam.

Tratar a questão da mulher na estrutura fundiária brasileira significa remeter à sociedade agrária colonial em que a estrutura familiar assumia o papel de organização fundamental, desempenhando as funções econômicas e políticas num sistema que se caracterizava pela concentração fundiária e pelo predomínio das relações patriarcais/patemalistas (Bruschini, 1990).

Significa também remeter à luta política dos trabalhadores e trabalhadoras que almejam a terra, num contexto em que tal luta nem sempre contempla as desigualdades entre homens e mulheres.

O feminino seria contemplado na reforma agrária, sobretudo, como elemento que compõe a família e, nessa perspectiva, sua individualidade cairia no plano da invisibilidade, do privado, sem expressão na esfera política. Não se assumir como provedora e trabalhadora rural significa negar à mulher sua cidadania e identidade, o que gera outras implicações, a exemplo do acesso à política de crédito, cooperativa, comercialização e da própria organização política e posição diante da família e da sociedade (Fischer e Melo, 1996).

Segundo Pessoa (1990), em todos os níveis de relação com a terra, o fenômeno da (in)visibilidade e subordinação feminina apareceriam, reafirmando o tratamento desigual entre os sexos. Vale lembrar que a desigualdade nas relações de gênero faz parte de um amplo processo histórico, cultural, estrutural, que perpassa as esferas privada e pública. Então, a subordinação e a (in)visibilidade da mulher na relação com a terra se reproduziriam nas esferas da informalidade e da formalidade. Na relação do privado com a casa rural, que é também uma relação com a terra, o poder decisório geralmente pertence ao homem, ficando a cargo da mulher o trabalho com os animais de pequeno porte, as atividades na horta, na agricultura de sobrevivência, na fabricação de pequenos produtos, no abastecimento da água, da lenha, no preparo do alimento, no serviço da roupa lavada, da higiene e limpeza do ambiente, na preparação dos filhos para a sociedade, etc. No campo da formalidade, a desigualdade nas relações de gênero se manteriam e resultariam de ações historicamente reforçadas e reproduzidas pelo Estado, inclusive em aspectos decisivos que contribuiriam para neutralizar ou reduzir a participação da mulher no espaço público.

Fischer e Melo (1996) afirmam decisivamente a desigualdade da mulher em relação ao homem nos espaços rurais. Para elas, a (in)visibilidade e a subordinação apresentam-se dissimuladas através de artifícios, conforme ocorre nos diversos níveis da política agrícola do Estado. Na política de crédito, por exemplo, quando este não é negado diretamente à mulher em função da descrença no seu trabalho, dada a sua escassez, é propositadamente retardado para forçar a desistência "espontânea" da trabalhadora; no sistema de escoamento da produção, principalmente no caso de culturas perecíveis, as adotadas pela mulher sofrem grandes perdas por serem recolhidas tardiamente; no caso da comercialização, dada a circunstância da inexistência de um patrimônio capaz de suprir as necessidades imediatas da família, a mulher, em vista de sua condição feminina, mais que o homem, é forçada a vender seus produtos a preços baixos; etc.

Nas propostas de reforma agrária, sejam formuladas pelo Estado ou pelos sem terra, a desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras se apóia principalmente nos hábitos culturais e no direito positivo, que, historicamente, têm deserdado da mulher a cidadania, sobretudo no que concerne à construção de sua própria identidade, pois a maioria participa da luta pela terra na condição de dependente do homem, como se fosse apenas a sombra do pai, marido ou companheiro. Assim sendo, conquistado o lote, a mulher é privada de participar do processo de planejamento que norteia o desenvolvimento da terra. Essa é uma tese tradicional que nos permite afirmar que isso talvez não seja bem assim, que não se pode generalizar, por quê se por um lado existem casos de mulheres que ocupam uma posição de subordinação, há as que também resistem a essa imposição de papéis. Nos propomos analisar em que medida as mudanças sobre o lugar da mulher no espaço do assentamento, da casa e quanto à posse da terra reforçam ou alteram as condições de invisibilidade e subordinação.

Sem dúvida, a divisão sexual do trabalho e os papéis definidos socialmente para homens e mulheres são decisivos para o norteamento do manejo de recursos naturais, principalmente no espaço rural. Geralmente é na família que esses papéis são determinados, embora haja uma tensão quanto aos papéis tradicionais, que liga à mulher a casa e o homem ao trabalho na terra. Esses papéis são questionados, mas também resistem em muitas situações, inclusive pela ação das próprias mulheres.

O processo de reforma agrária passa por dois momentos distintos: o da conquista do lote e o da organização e administração do assentamento. Em cada um deles, de acordo com Pessoa (1990), homens e mulheres desempenham tarefas diferenciadas. No primeiro momento, ou seja, na fase da luta pela terra, quando várias famílias se abrigam sob o mesmo teto, caberia ao homem planejar, decidir, implementar a ocupação, conduzir a família, montar as barracas, transportar objetos básicos de uso doméstico, defender o acampamento de ataques inimigos, providenciar lenha, água, alimento e fazer o fogo. A obrigação da mulher rural, nessa mesma fase, seria a de definir o que deve ser transportado para o acampamento, distribuí-lo na barraca, preparar o alimento e servi-lo, lavar louça e roupa, cuidar das crianças, cantar, animar, rezar, furar cercos formados por jagunços de latifundiários e, mais que isso, participar diretamente de embates contra a polícia. Na fase da conquista, segundo Pessoa (1990), o homem incentivaria a mulher a participar dos embates por considerá-la um trunfo nesse tipo de contenda. Conforme a crença dos ruralistas brasileiros, os adversários (polícia, proprietário, pistoleiro), em respeito aos hábitos culturais de não atacar os considerados "fracos", tendem a não ultrapassar as barreiras formadas por mulheres e crianças. "Por isso, na hora da agressão, as mulheres ficam na frente". A mulher, ao trazer a conotação de família, é também considerada como "trunfo" para sensibilizar a população, principalmente através da imprensa, a fazer doações de alimentos e outros objetos

como roupas, calçados e agasalhos para o acampamento. Ao contrário do que se divulga, a mulher geralmente sofre severas agressões físicas e pressões psicológicas nesses acampamentos, do mesmo modo que os demais participantes, independentemente do sexo (Fischer e Melo, 1996).

No segundo momento da reforma agrária, a fase da administração e organização do assentamento, as relações de gênero seriam formadas no cotidiano familiar de cada núcleo. Nessa fase, a mulher seria considerada, como na agricultura tradicional, simbolicamente responsável pela reprodução biológica, enquanto o homem assume a produção agrícola no espaço público.

A partir dessas discussões e questionamentos, o nosso objetivo com esse trabalho é analisar como os papéis sociais de homens e mulheres do assentamento José Antônio Eufrouzino expressam as diferenças de gênero nas experiências, responsabilidades e interesses relacionados a utilização dos recursos naturais. Esse assentamento está situado no semi-árido paraibano, possui 3.104 hectares divididos em quatro áreas: Castelo, Monte Alegre, Logradouro e Bonfim que acomodam pelo menos 100 famílias.

Optamos por uma estratégia de discussão teórica e metodológica da literatura sobre a diferenciação entre os papéis e espaços entre os gêneros, o meio ambiente rural e os assentamentos de reforma agrária, especialmente problematizando o uso de recursos comuns.

Para realizarmos a pesquisa, utilizamos algumas técnicas de trabalho de campo que enriqueceram nosso trabalho como a observação direta que visualiza de perto as vivências cotidianas dos assentados e assentadas, a partir da organização sócio-espacial das famílias, das realizações das tarefas e das diferenciações de poder entre os gêneros (incluindo participação em reuniões, visitas às famílias tanto em suas atuações domésticas, como em suas atividades de

trabalho comunitário, entre outros). Entretanto, como está se tratando de uma pesquisa qualiquantitativa, utilizamos ainda a aplicação de questionários para coletarmos dados relevantes sobre as famílias do assentamento que estudamos; entrevistas gravadas para captarmos o discurso de nossos assentados, inclusive de lideranças masculinas e femininas, acompanhamos suas reuniões e também utilizamos um acervo fotográfico para demonstrarmos a realidade cotidiana do assentamento José Antônio Eufrouzino e de seus assentados.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No *primeiro*, nossa atenção é dada ao enfoque sociológico de gênero, dos diferentes papéis sociais que implicam em diferenciadas relações com a natureza e da percepção de que muitos autores recorrem a uma ‘naturalização’ do feminino para fundamentar suas análises das relações entre mulher e natureza. Apresentamos a abordagem da Ecologia Política Feminista, corrente de pensamento que nos dá suporte para compreendermos algumas questões que envolvem gênero e natureza.

A problemática discutida em nosso *segundo capítulo* refere-se à inserção da mulher na luta pela terra em assentamentos rurais, analisando os desafios da agricultura familiar e a participação da mulher no processo de luta via Movimento dos Sem Terra.

Em nosso *terceiro capítulo*, abordamos como se processaram conflitos e regulações de recursos comuns no processo de construção do Projeto de Assentamento José Antônio Eufrouzino, bem como a organização espacial deste, desde o histórico da ocupação do assentamento à sua infra-estrutura e a disponibilidade quanto aos recursos naturais.

Por fim, o *quarto capítulo* trata da discussão dos papéis sociais de gênero quanto à visibilidade do trabalho das mulheres no assentamento. Foi a partir das vivências, da análise dos discursos e do acompanhamento do cotidiano de nossos assentados que nós pudemos perceber

como homens e mulheres se relacionam com os recursos naturais, tanto no âmbito doméstico, da agricultura quanto nas questões políticas que envolvem o assentamento como no MST.

Enfim, nosso trabalho discute a participação feminina nas diferentes atividades organizativas, produtivas e na esfera doméstica, familiar, a partir da diferenciação dos papéis sociais em relação aos recursos naturais.

CAPÍTULO I

Estudos de gênero e problemática ambiental

1.1 As relações de gênero como problemática sociológica

A problemática do gênero irrompeu no campo acadêmico com tanta ênfase que hoje integra o campo teórico e empírico de vários ramos das ciências sociais (Fonseca, 1995). A categorização do sentido que a problemática da mulher foi assumindo nas discussões sobre gênero refere-se a diferentes contextos sociais e temporais. Na década de 1960, o tema passa a ser de análise acadêmica, considerando o papel da mulher numa perspectiva vitimizada. Segundo Fonseca (1995), a pesquisa consistia em tornar manifesto os mecanismos de dominação com o intuito de corrigir distorções e instituir uma nova igualdade entre os sexos. Isso acontece nos Estados Unidos, num cenário de grande mobilização social contra a discriminação e a violência contra a mulher, contra a guerra do Vietnã e o preconceito racial.

Já por volta da década de 1970, surge um segundo momento em que as discussões sobre a mulher deslocam a ênfase de vítima para a mulher heroína, aliada à possibilidade de desenvolvimento social, particularmente nos países em desenvolvimento e nas regiões marginalizadas.

O conceito de gênero trazido pelo feminismo diz respeito à dimensão socialmente construída do feminino e do masculino, que transformou o sexo, fator biológico, em gênero, fator

social (Barbieri, 1993). “Não se nasce mulher, torna-se mulher” é a famosa frase de Simone de Beauvoir que sintetiza a tese feminista de que não existe destino biológico feminino, que a civilização transformou o sexo em gênero e que na sexualidade está a raiz da opressão feminina (Safiotti, 1985).

O novo feminismo, que explodiu a partir dos anos 70 do século XX, ressaltou a tomada de consciência das mulheres a respeito de sua opressão e exploração. Traduzido por ações movidas em favor da liberação sexual e da igualdade de direitos, levantou a questão da existência de outras relações de poder, além das de âmbito público e estatal, que cruzam as relações sociais e atuam no mundo privado e pessoal. Politizando o mundo privado, ampliou a noção de sujeito: não existe mais um só sujeito histórico transformador das relações sociais entre capital e trabalho. Todos os múltiplos sujeitos que a partir de sua opressão específica vivem uma relação subalterna são chamados a participar dessa transformação, na sua diversidade e singularidade, produzindo novas alternativas sociais (Safiotti, 1985).

Se inicialmente os estudos sobre a mulher alimentavam o “feminismo da igualdade”, na segunda fase se afirma sob outra perspectiva, passando a se configurar como “feminismo da diferença”. Ampliando a noção de política, o feminismo questionou as relações de poder, a organização social e a vida cotidiana. Elaborou um novo conceito de igualdade, não mais limitado à igualdade jurídica (dos primeiros movimentos sufragistas), mas centrado na abolição dos privilégios de sexo, questionando o androcentrismo social que toma o homem como protótipo do ser humano e universal. Contribuindo para gerar uma nova noção de identidade social, resgatou a prática da individualidade das mulheres como sujeitos sociais, modificando consciências e concepções. E, dessa forma, convidou a sociedade a aprender a se conjugar também ao feminino (Correa, 1993; Calió, 1992; Boff, 2000; Annas, 1993; Bruschini, 2001; Vandana, 1993).

Entendida como categoria de análise da realidade social e vista a partir dos vários espaços onde ela se constrói (na cidade, na família, no campo, no mercado de trabalho, nas instituições, na subjetividade...), a noção de gênero torna visível às relações sociais entre os sexos (Biuster, 1996; Kartchevsky-Bulport, 1989).

O feminismo, questionando a “universalidade do masculino” socialmente dominante, avança reflexões sobre a questão das vivências diferenciadas dos sexos com o espaço, a partir da afirmação de que as relações sociais entre os homens e mulheres mediatizam a organização de toda formação sócio-espacial (Moraes, 1997; Tolba, 1980; Nicholson, 1993).

A análise da categoria de gênero, não é, por assim dizer, simples. Pelo contrário, ela se complexifica dentro de várias vertentes de estudos que envolvem a mulher. Portanto, se gênero é uma construção social, como podemos tratá-lo como uma coisa? Se é condicionado pelo contexto político, ecológico e social em que se encontra, como podemos pressupor continuidades entre um lugar e outro? Além de que, é uma categoria relacional, pois para uma apreensão significativa de gênero é preciso que se estudem as relações mulheres - homens, mulheres - mulheres e homens - homens (Scott, 1986).

Saffioti (1992) faz uma análise da categoria gênero sob uma perspectiva dialética em que pontua a subjetividade do conhecimento. Ela formula que “é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades e direitos do outro gênero”. O gênero é uma relação social, afirma, e assim, pressupõe uma interação e não uma oposição entre as partes do jogo. A partir daí, podemos considerar que o gênero é uma categoria que deixa transparecer a “trama das relações sociais” e nos remete a uma forma de ser no social, a uma maneira de viver essas relações em todos os âmbitos, a um estilo de vida culturalmente definido. É a postura que o ‘macho’ e a ‘fêmea’ assumem socialmente a partir de construções simbólico-culturais tão internalizadas e institucionalizadas, como diria Durkheim, que têm uma força coercitiva, que passam a ser

discutidas e consideradas como naturais, como se elas sempre existissem e se organizassem sob a mesma perspectiva.

1.2 Gênero e papéis sociais

Tradicionalmente, a mulher tem sido identificada com o espaço do privado, com a casa e os cuidados com a família. Já o homem, é socialmente preparado para encarar o espaço público, a política, as relações interpessoais, o trabalho extra-casa e o contexto social mais geral. O espaço público é o espaço próprio da coletividade, é identificado com a razão, a impessoalidade e o homem. Cabendo a este, a produção e a força. Já a mulher tem sido identificada com a delicadeza, a família, a vida doméstica e a casa (Corrêa, 1993).

No entanto, esses papéis tradicionais de gênero têm sido fortemente questionados nas últimas décadas; não só no espaço urbano, mas no rural, pois nos assentamentos os papéis tradicionais da mulher no âmbito da agricultura familiar passam a ser questionados e transformados, já que a sociedade é dinâmica e se organiza sob formas muito específicas dando lugar a realidades diferentes, contrastantes.

A partir disso, enfatizamos que a organização e distribuição do tempo de atores sociais estejam estruturadas em torno de atividades centrais que reforçam sua identidade e aumentam o *status* e poder dos papéis diferenciados entre os gêneros, pois cada ator social, em sua distribuição de tempo, procurará satisfazer prioritariamente as atividades mais estreitamente relacionadas com a sua própria percepção de seu papel chave (Cebotarev, 1977).

Segundo Cebotarev (1977), em papéis tradicionais, identificados com certa rigidez com atividades específicas, como o papel complexo da mulher, que inclui o conjugal, materno e

doméstico, a introdução de atividades novas tenderá a estender o tempo dedicado ao trabalho, sem deslocar algumas das atividades relacionadas com o papel chave, resultando na “dupla jornada de trabalho”, típica de mulheres que trabalham em todas as partes do mundo.

Assim, além das limitações geralmente reconhecidas (valores tradicionais, níveis baixo de escolaridade, restrições estruturais, etc.), que dificultam a inserção das mulheres na esfera pública (do trabalho, participação política, cultural, etc.), determinados papéis chaves exercidos pelas mulheres influenciam o conjunto de fatores que envolvem as relações entre gêneros, com especial enfoque para o papel sócio-cultural desenvolvido pela mulher, em suas diferentes articulações e percepções de tempo e espaço. Portanto, as pesquisas feministas a partir da epistemologia dos estudos de gênero, não podiam admitir a “naturalização” da mulher, principalmente dentro das correntes teóricas reducionistas que tentam envolvê-la sobre particulares perspectivas, relacionando-a a concepções patriarcais com modelos universalizantes de fragilidade, sensibilidade, maternidade, etc.

Neste sentido, constatamos a necessidade de desconstruir criticamente as simplificações na sinergia entre mulher e natureza, mesmo sem deixar de reconhecer as diferenças de gênero na relação com a natureza. Diferenças que derivam da interpretação social dos determinantes biológicos e das construções sociais de gênero. Estas interpretações e construções variam, entre culturas, classes, raça e lugar, bem como estão sujeitas a mudanças entre indivíduos e grupos sociais (Rocheleau, Thomas Slayter e Wangari, 1996).

Embora os estudos de gênero sejam abordados por várias correntes epistemológicas interdisciplinares, partimos da perspectiva teórico-sociológica de gênero proposta por Rosaldo (1994), que rejeita o essencialismo e universalismo nos estudos de gênero e reivindica sua compreensão a partir da divisão institucional das esferas doméstica e pública; por Scott (1986), que aborda gênero enquanto uma categoria relacional e social, constituinte das relações sociais, e

enquanto forma de entender as relações de poder, e este não em sua concepção institucional de “classe” ou “estado”, mas em sua concepção micro, tal qual utilizada por Foucault, e também de Cebotarev (1977) em sua análise de gênero a partir dos papéis sociais que os homens e as mulheres desempenham na sociedade.

Rosaldo (1994) usou a categoria gênero para integrar e legitimar os estudos na academia e ampliar seu campo de investigação, referindo-se não só às mulheres, mas à “organização social da relação entre os sexos” (Mendes, 2002). A autora critica pesquisadores que buscam por origens, verdades universais e dicotomias que acabam reforçando a visão de que as diferenças de gênero devem ser explicadas pela fisiologia sexual; ela sugere, portanto, que se considere o papel dos homens e mulheres como produto das ações humanas, localizadas em sociedades históricas, rejeitando as convencionais suposições sexistas de que a dominação masculina e a sujeição feminista são universais. Para ela, a questão não é contrapor um sexo ao outro, mas averiguar as desigualdades de gênero a partir das esferas de atividade doméstica e pública. O argumento central utilizado pela autora é de que em toda sociedade, a assimetria sexual corresponderia a uma divisão institucional entre as esferas de atividade doméstica e pública, uma construída em torno da reprodução, dos laços afetivos e familiares, conferida geralmente às mulheres, e outra relacionada à coletividade, ordem jurídica e cooperação social, conferida aos homens. Nessa relação doméstico-público as atividades públicas são mais valorizadas que as domésticas.

Desse modo, segundo Mendes (2002), a indicação de Rosaldo (1994) é de que gênero seja entendido em termos político e social, considerando-se as formas específicas de relações sociais e desigualdades sociais, o que significa que esta noção não deve ser concebida como um fato unitário, determinado em todos os lugares pelos mesmos tipos de preocupações, mas como um produto complexo de várias forças sociais. Antes de constatar e contrastar diferenças entre homens e mulheres é preciso perguntar como essas diferenças são criadas por relações de gênero.

Assim, se deve evitar a tradição conceitual que via ‘essência’ nas características naturais que distinguem as mulheres dos homens, e a que declara que a condição atual das mulheres deriva do que ‘em essência’, as mulheres são. Homem e mulher são categorias sócio-culturais construídas para estabelecer significações.

A partir daí, destacamos a perspectiva de Strauss (1999), que elabora uma noção de identidade dinâmica associada ao desempenho de diferentes papéis articulados a experiências específicas de vivências em mundos sociais particulares. Rejeita, assim, uma visão estática de identidade, estabelecendo relações relevantes entre os diferentes atores e processos sociais. O autor se preocupa não só em estabelecer relações entre trajetórias individuais e estrutura social, mas, sobretudo, de situá-las dentro de uma perspectiva histórica, percebendo os indivíduos como sujeitos e objetos de processos mais amplos. Essa visão dinâmica de transformação de identidade, através do desempenho de papéis dentro de um quadro histórico considera as diferenças internas das sociedades, focalizando as discontinuidades de códigos e linguagens.

A realidade social, portanto, tem o caráter de processo, através das relações dinâmicas entre indivíduos desempenhando papéis em permanente mudança. Para Strauss (1999), a ‘negociação’ da vida social, com suas redes de ‘negociação’, pressupõe a possibilidade de conflito a partir das diferenças de posição, interesses e valores. Assim, todas as ordens sociais são provisórias e precárias, sendo os indivíduos inseridos no contexto de suas unidades constitutivas. Não há como isolar identidades individuais de coletivas, pois elas se constituem reciprocamente. Por outro lado, as identidades coletivas são historicamente elaboradas, atuando nas identidades pessoais como memória permanentemente atualizada.

Temos, portanto uma realidade dinâmica, em que os atores sociais estão constantemente reorganizando suas atividades e seus papéis, respondendo tanto a pressões externas quanto internas à comunidade. Estas respostas não serão homogêneas, da mesma forma que as pressões

não atuam homogeneamente. E se esta heterogeneidade é gerada por uma diferenciação étnica, de classe social, de faixa etária, será também definida pela diversidade de gênero. Tanto as pressões sobre homens e mulheres quanto suas respostas a estas pressões serão marcadas pela diferença (Cunha, 1998).

Daí a importância de se estudar gênero como uma problemática sociológica, já que esta envolve questões tão complexas e tão amplas, as quais têm um desdobramento que foi e é construído e reconstruído socialmente.

1.3. “A naturalização da mulher e a feminização da natureza”

A construção do sentido do termo natureza abrange diferentes áreas do conhecimento e tem sido objeto de reflexão tanto das ciências naturais quanto sociais. Nos desdobramentos do conhecimento relacionados à essa temática existem diversas abordagens que podem ser identificadas sobre as mais diferentes perspectivas. As dificuldades surgem quando se pretende determinar se a natureza é ou deve ser objeto das ciências sociais, se ela é o arcabouço da vida social ou, ao contrário, uma categoria separada do social (Vargas, 2003).

Segundo Vargas (2003), a noção de natureza vem sendo modificada e, de alguma maneira, precisada ao longo do desenvolvimento das ciências naturais e sociais; no primeiro caso, apresentando-se como campo ontológico autônomo, passível de experimentação e tomando como foco de análise suas leis e regularidades, já nas ciências sociais, como resultado de desdobramentos do conhecimento e da história. Neste sentido, as conceituações produzidas sobre o termo natureza apresentam diferenças muito expressivas, que acabam por redefini-la constantemente enquanto objeto de conhecimento.

As abordagens interdisciplinares sobre a natureza têm sido destaque nos estudos acadêmicos atuais e na análise de significativas práticas científicas e sociais. Nas ciências sociais, mediante as consequências atuais e futuras das intervenções antrópicas e dos embates sociais que o acesso à natureza vêm desatando em diferentes lugares do planeta.

O encontro da ciência com a ecologia fez com que o culto à natureza não fosse mais algo irracional, infantil, feminino. Ao contrário, a preocupação com a defesa da natureza tomou-se uma atitude prudentemente racional; a degradação da natureza é também a degradação da vida humana.

Desde o romantismo, a preocupação com a natureza deveria ser deixada para os jovens e as mulheres, enquanto a civilização masculina deveria continuar seu curso, em conformidade com a concepção clássica da ciência, da natureza, da história, segundo a qual a natureza divide-se em objetos, em coisas a serem manipuladas e dominadas (Morin, 1997).

Segundo Rocheleau, Thomas-Slayter e Wangari (1996) é possível identificar pelo menos cinco diferentes perspectivas que relacionam ambientalismo e feminismo:

a) Ecofeminismo, que estabelece estreita relação entre mulheres e natureza baseadas numa história compartilhada de opressão pelas instituições patriarcais e pela dominante cultura ocidental, bem como pela identificação positiva das mulheres com a natureza. Essa identificação pode ser relacionada, tanto com intrínsecas atitudes biológicas (posição essencialista), quanto resultar de uma construção social que deveria ser aceita e encorajada.

b) Ambientalismo feminista, que enfatiza o interesse de gênero sobre recursos naturais e processos ecológicos particulares em base no distinto trabalho cotidiano e responsabilidades diárias.

c) Feminismo socialista, que tem focado a incorporação do gênero na economia política, usando conceitos de produção e reprodução para delinear papéis de homens e mulheres nos sistemas econômicos. Identifica mulheres e meio ambiente com papéis reprodutivos nas economias de desenvolvimento desigual e compartilham com ecofeministas a percepção, influenciada pela biologia, das mulheres como ‘criadoras’, férteis, aquelas que nutrem, assim como a terra.

d) Feminismo pós-estruturalista, que se interessa pela experiência ambiental de gênero como uma manifestação de conhecimentos situados, formados por muitas dimensões de identidade e diferença, incluindo gênero, classe, raça, idade, etnicidade, entre outros. Faz tanto uma crítica feminista da ciência, como uma crítica pós-estrutural do desenvolvimento e adota a noção de complexidade para classificar as relações entre gênero, ambiente e desenvolvimento.

e) Ambientalistas, que passaram a trabalhar gênero dentro de uma perspectiva do feminismo liberal, tomando as mulheres como participantes e parceiras na proteção ambiental e nos programas de conservação.

Em menor ou maior grau, todas estas perspectivas tomam como pressuposto uma relação diferenciada da mulher com a natureza, fundada no que vamos chamar de “naturalização” da mulher e uma “feminização” da natureza, pois parte significativa da literatura sobre mulher e meio ambiente sugere haver uma relação inata fundamental entre elas.

1.3.1. Ecologia Política Feminista

Uma outra perspectiva, proposta por Rocheleau, Thomas-Slayter e Wangari (1996), chamada de ecologia política feminista pretende ser uma síntese das correntes anteriores. A

ecologia política feminista enfatiza processos de tomada de decisão e os contrastes social, político e econômico que moldam políticas e práticas ambientais. A ecologia política tem focalizado fortemente a distribuição desigual do acesso e controle dos recursos naturais com base em diferenças étnicas e de classe. Em sua corrente feminista, inclui gênero como uma variável crítica em moldar acesso e controle a recursos, para instituir processos de mudança ecológica, e através da luta de homens e mulheres para promover modos de vida ecologicamente viáveis para o desenvolvimento sustentável. É com essa perspectiva que pretendemos direcionar nossa análise, de como a ecologia política nos possibilita compreendermos as iniciativas coletivas de criar novos arranjos institucionais para regular o manejo de recursos comuns.

A ecologia política enriquece a reflexão sobre democracia e, especialmente, as relações entre solidariedades e responsabilidades, entre presente e futuro, entre diversos níveis de espaços territoriais – local, regional, nacional, internacional. Ela revaloriza a política na definição de escolhas produtivas e nos força a renovar a concepção de planejamento por outras razões, pois este deve incorporar uma série de preocupações e objetivos ambientais (medidas de fluxos de energia, pressão sobre os recursos naturais, preservação da biodiversidade e da diversidade de ecossistemas, correção das perigosas evoluções induzidas no equilíbrio da biosfera, etc...).

Entre os fundamentos da ecologia política encontra-se uma questão central: o uso humano dos recursos naturais. Ao sintetizar as preocupações da economia política e da ecologia cultural, a ecologia política permite contextualizar um determinado grupo social em relação a uma região, nação ou mesmo ao sistema mundial, ao mesmo tempo em que examina as adaptações deste mesmo grupo ao ambiente local e aos fatores demográficos. Assim, a ecologia política nos permite entender e interpretar a experiência local no contexto de processos mais amplos de mudança ambiental e econômica (Rocheleau, et al., 1996), considerando os recursos naturais não

apenas como produtos físicos, materiais, mas, simbólicos, de significados e valores construídos histórica e culturalmente (Mehta et al 2002).

Rochelau, Thomas-Slayter e Wangari (1996) realizaram um estudo de caso em áreas semi-áridas do Quênia, na África, que embora distantes fisicamente do lugar em que realizamos nossa pesquisa de campo se aproximam bastante da realidade social, dos conflitos de luta pela terra e principalmente da diferenciação dos papéis sociais que cada gênero assume. Esta perspectiva é muito ampla, pois são fatores sociais, políticos, culturais e ecológicos que interagem com os gêneros, como são expressas as relações de produção e estratégias de sobrevivência frente à escassez de recursos.

A partir da leitura deste, pudemos confirmar hipóteses que estabelecemos em nosso trabalho como a de que a mulher busca reformular conhecimentos e habilidades em seu contexto cotidiano para estabelecer práticas alternativas e diferenciadas de sobrevivência. Isso se traduz no acesso e uso diferenciado de recursos entre homens e mulheres, novamente se estendem as diferenciações entre os espaços público e privado. O estudo afirma que a posse da terra nas regiões referidas do Quênia tem sido distribuída na maioria das vezes nas mãos de homens e isso determina de certa forma a realização de atividades rurais da produção, de quem faz o quê e como faz. Perpassa a mesma noção de estudos sobre o trabalho da mulher realizados em vários assentamentos de nossa região, de invisibilidade do trabalho destas e consideração desse apenas como “ajuda”, embora na maioria dos casos sejam as mulheres que lideram praticamente a organização da produção e reprodução no ambiente doméstico. Mas, pelo menos teoricamente, no discurso, isso tem sido questionado e se tornado motivo de luta de grupos de mulheres que cada vez mais têm achado voz na arena pública, não se restringido a uma relação somente com os espaços privado, doméstico e reprodutor.

Dado tais explicitações acerca das diversas abordagens sobre as relações entre gênero e meio ambiente, constatamos a importância de estudarmos gênero como uma categoria relacional que envolve as dimensões do masculino e do feminino, bem como a questão ambiental, que auxilia o norteamento de políticas e ações a serem implementadas por agências de desenvolvimento, ONGs, prefeituras e outras instituições.

1.4 Acesso e uso dos recursos naturais

Sem dúvida o manejo dos recursos naturais varia de acordo com a ação antrópica no tempo e espaço, logo podemos dizer que a disponibilidade do uso, acesso e controle dos recursos naturais é socialmente construída. Segundo Cunha (2004), o manejo comunitário de recursos naturais não implica numa garantia de sustentabilidade, já que as características dos recursos, o regime de propriedade, determinados arranjos institucionais e o próprio contexto sócio-econômico influem no grau de sucesso ou fracasso do manejo.

Os trabalhos de Hardin (2002) e Ostrom (2002) reforçam a importância de se redefinir instituições a partir de regimes de propriedades para se equilibrar a relação custo-benefício, dos arranjos coercitivos que regulem acesso e uso de recursos naturais.

Mehta et al (2002) retomam algumas análises feitas por Ostrom (2002) e aprofundam o debate sobre a problemática dos arranjos institucionais para o manejo de recursos naturais. A autora defende a idéia de que as instituições devem ser analisadas a partir dos contratos locais e globais de incertezas que afetam a vida das comunidades rurais. Destacam três tipos de incertezas: ecológicas, de sustento e de conhecimento, que estão diretamente relacionadas com os arranjos institucionais no manejo do ambiente e dos recursos naturais.

Uma das propostas de Mehta et al (2002) é analisar a política relevante das dimensões institucionais das formas de sustento rural e a gestão ambiental no contexto das incertezas. Segundo ela, a população rural tem seus arranjos institucionais e estratégias de sustento flexíveis para enfrentar as variações ecológicas e estacionais, principalmente em áreas propensas a riscos como as terras áridas, enquanto as forças da globalização geram formas de incerteza e vulnerabilidade, já que as práticas das instituições locais são cada vez mais alcançadas pelos processos globais e mediatizadas pelo mercado internacional envolvendo os produtos, o comércio, enfim, o fluxo de capitais dessas populações rurais pobres, vinculando os regimes econômicos, políticos e estéticos construídos por todo o mundo.

A autora enfatiza que a estratificação dos arranjos institucionais que regulam o uso, acesso e controle dos recursos – a propriedade privada, estatal, a auto-gestão – geram ainda mais incerteza na medida em que os grupos sociais e as organizações competem pelo controle de seus recursos, inclusive dos futuros. Desse modo, as teorias institucionais formais que especificam direitos, regras e regulações são inadequadas para tratar situações de manejo de recursos caracterizadas por relações e práticas complexas, embora os recursos naturais sejam manejados com a mistura de tipos e arranjos institucionais formais, informais, locais, nacionais e internacionais a partir de interesses de poder.

Os trabalhos antropológicos e sociológicos enfatizam as instituições a partir de três perspectivas: as instituições em termos de práticas e sua estruturação social, cultural e política; com enfoque etnográfico dos processos e relações dos diversos cenários: do local ao global e do formal ao informal e como vínculo conceitual a partir de conhecimento e poder, que sugere a importância da análise das instituições e incertezas (Mehta et al , 2002).

Cunha e Coelho (2003) chamam a atenção para a necessidade de refletirmos sobre como as interações nos espaços físicos e sociais e as relações desiguais de poder podem influenciar o

uso e acesso aos recursos naturais e estão relacionadas aos processos de modernização e padrões de degradação ambiental.

Neste sentido, o trabalho de Cunha e Coelho (2003) destaca a relevância da Ecologia Política nessas discussões já que esta relaciona todas essas questões tais como os processos ecológicos ou biofísico-químicos, políticos-econômicos-espaciais e socioculturais. Enfatiza-se a possibilidade de auto-gestão no sistema de apropriação dos recursos através do estabelecimento de arranjos justos e eficazes por parte do grupo e para o grupo. Assim, a criação de programas para ganhar mais benefícios dos recursos locais reforça a idéia de responsabilidade e auto-organização através de um manejo sustentável dos recursos naturais disponíveis em cada contexto.

CAPÍTULO II

A inserção da mulher na luta pela terra no Brasil e nos assentamentos rurais

Entre os embates sociais emergentes no Brasil nas últimas décadas, destacam-se as diversas formas de organização e luta dos trabalhadores rurais diante da concentração fundiária e das transformações na agricultura levadas a cabo durante o processo de modernização. A luta pela terra no Brasil tem seus pilares fundados no modelo expropriador e excludente de propriedade fundiária, centrado no latifúndio e setores modernizados/mecanizados e agroexportadores. Devido a permanência desse modelo, registra-se um legado de desigualdades e exclusões sociais, em que uma maior parte das terras está concentrada nas mãos de pouquíssimos, enquanto a maioria não tem acesso à terra. Como os latifúndios foram marca registrada da elite ruralista brasileira, expressam o interesse do capital como um todo pela sua ampliação, articulando de forma combinada a expropriação e a exclusão. Ao passo que o capital se desenvolve no campo, sua tendência é apoderar-se dos meios de produção tirando dos trabalhadores seus recursos e instrumentos de trabalho. Assim, pequenos agricultores ou foram expropriados de suas terras ou tiveram de se submeter ao trabalho assalariado, ao sistema de parceria, dentre outras formas de arrendamento para garantir sua sobrevivência (Pessoa, 1990).

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura envolve diversos atores, atuando num processo desigual, excludente e contraditório, em que a crise social desponta como resposta a essas transformações. Este desenvolvimento trouxe ainda consequências estruturais que se

anunciam na deteriorização das condições de vida da população rural, desapropriação de suas terras, aumento do número de agricultores sem terra, conseqüentemente, dando margem aos crescentes conflitos pela aquisição de terra. (Duque, 2002).

Os conflitos revelam, ao longo da história, o distorcido quadro de trabalhadores rurais sendo expropriados em favor da emergência dos grandes latifundiários. Esse processo além de influenciar intensamente a economia e a sociedade, marcou a exclusão social dos trabalhadores rurais e supressão das suas raízes históricas, culturais, etc.

Em meio a esse cenário de desigualdades, que envolveu o trabalho e a sobrevivência, que vetou sua dignidade e identidade, os trabalhadores do campo, os sem terra, se organizaram em busca dos seus direitos e na conquista daquilo que deles foi tirado: a terra. Desta dinâmica social é que surgiram as lutas sociais desencadeadas nas últimas décadas. O trabalhador rural passou a lutar pelo seu espaço de sobrevivência, mas não apenas isso. Passou a questionar as formas de ocupação e uso da terra pelos grandes proprietários e grileiros de forma organizada. A conquista da terra vai além da conquista de um lote, vai até a produção. Daí surge o MST como um movimento social com uma política organizacional bem definida disposta a conquistar a cidadania, a construir e/ou resgatar a identidade do camponês, a criação de novos espaços sociais, onde seja possível vivenciar uma nova fase de relações sociais. Os atores ‘desenraizados’ surgem buscando a transformação numa pretensão que envolve as suas vidas e as de suas famílias em luta por um ideal de vida. É uma nova realidade sendo construída por homens e mulheres, ambos organizados na luta, em busca de uma sociedade mais justa, onde possam sobreviver desfrutando da dignidade e exercendo a cidadania (Franco e Thomaz Junior, 2002; Pinto, 1992).

Dessa forma, a organização e a luta pela conquista da terra são geradas em torno da existência de uma identidade social, uma situação de vida que é comum a todos esses trabalhadores. E é essa condição de igualdade que os faz se reconhecerem como atores inseridos

num mesmo contexto, utilizando a luta como tentativa de tomar possível o resgate de suas raízes e tornar real o sonho de uma vida mais digna. São homens e mulheres vindos de muitos lugares que se reconhecem enquanto integrantes de uma luta, e engajados para assegurarem seu espaço e assim escreverem um novo capítulo na história da sociedade brasileira.

Desde o primeiro passo da luta pela terra que é a ocupação, a figura da mulher está presente, a qual se destaca ao lado dos homens. Embora a cultura machista da organização patriarcal familiar tenha na mulher apenas uma "dona de casa, a senhora do lar, a mãe, a esposa", essas mulheres desenvolvem inúmeras funções dentro da organização e seguem na luta pela reforma agrária, na fundamentação da militância política e no pertencimento de classe (Pinto, 1992).

2.1 Os assentamentos de reforma agrária no campo brasileiro

Os assentamentos se constituem em espaços diferenciados de relação com o Estado: são uma criação dele e ficam sujeitos à sua gestão e ingerência. É essa relação diferenciada que faz existir o assentamento e, por consequência, os assentados, como segmento social diferenciado de outros camponeses (Leite et al., 2004).

Porém, a conquista dos assentamentos é na maioria das vezes advinda de conflitos em torno da propriedade da terra e envolvem majoritariamente populações rurais das próprias regiões onde estão inseridos. O processo de luta pela terra acaba envolvendo também uma série de mediadores: movimentos sociais, movimento sindical, setores da igreja, ONGs, agentes governamentais. Após o processo de desapropriação e criação oficial de projetos de assentamento, uma nova situação se coloca, trazendo em seu bojo as experiências de vida e de

luta das populações envolvidas, bem como os elementos sociais, econômicos, culturais e políticos das regiões onde se inserem.

Segundo Leite et al. (2004), na condição de "assentados", estes passam a interagir com as novas exigências e normas de funcionamento colocadas pelo Estado, emergindo dessa interação a nova realidade social dos assentamentos, que envolve a divisão de lotes e distribuição da população no interior dos assentamentos, as possibilidades de locomoção, o trabalho no lote, as relações no interior dos projetos, o uso de espaços coletivos existentes. Surgem daí cobranças e tensões recíprocas que fazem com que, de alguma forma, a mobilização existente anteriormente precise se manter.

No momento inicial de luta pela terra, a população das cidades tende predominantemente a ver com maus olhos "os sem terra", já no momento seguinte parece em geral ganhar espaço uma visão positiva desta nova categoria que surge: "os assentados", que vai conquistando um reconhecimento social frente a diversos setores da população urbana. A própria desapropriação das áreas pelo INCRA, já traz uma mudança, na medida em que significa um reconhecimento oficial do direito a terra e uma legitimação da luta e das reivindicações colocadas pelos trabalhadores. No momento imediatamente posterior, a criação oficial dos projetos de assentamento, com o recebimento e a circulação nos municípios dos créditos de instalação, bem como dos recursos federais destinados às obras de infra-estrutura, já traz um impacto significativo na economia local, que é percebido pela população e governantes (Pessoa, 1990).

A partir da criação de assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstroem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação "para fora" do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal, e uma nova inserção na política local. Mas ao mesmo tempo em que estão colocadas diversas "novidades", impõe-se também, com grande força no

cotidiano dos assentados, uma dinâmica social e cultural muito próxima ao padrão vigente na região, e o dia-a-dia da maior parte dessa população vai ser marcado predominantemente pelas estratégias de reprodução da unidade familiar, pelos vínculos de parentesco e de vizinhança, pela relação com a cidade, com a religião, com os espaços de lazer. Desse modo, se reconstroem as redes de sociabilidade que possibilitaram a participação dos trabalhadores nos processos de organização de luta pela implementação dos assentamentos rurais (Leite et al., 2004).

Para Leite et al. (2004), a incorporação de novos membros da família após o estabelecimento nos assentamentos põe em evidência alguns aspectos que nos parecem relevantes, fornecendo indicações concretas de que os assentamentos representam uma forma de amparo para as famílias de trabalhadores que, em geral, enfrentam dificuldades de acesso a terra e emprego. Assim, os assentamentos podem estar se tornando um mecanismo importante de recomposição de famílias, aproximando membros antes dispersos, em especial os filhos casados, contribuindo conseqüentemente para garantir a reprodução não apenas econômica, mas também fundamentalmente social desses grupos de trabalhadores.

Neste sentido, podemos ressaltar a importante participação da mulher em praticamente todas as instâncias que constituem desde a ocupação dos assentamentos até a organização deste. Ela tem um papel fundamental em todo esse processo político de conquista da terra e estruturação de uma nova dinâmica que estabelece diferenciações nas relações sociais e no manejo dos recursos naturais disponíveis nos assentamentos.

2.2 As mulheres nos assentamentos

A lógica econômica que fundamenta as estratégias de reprodução familiar não passa exclusivamente pela ótica produtiva. As famílias assentadas lançam mão de uma série de recursos que envolvem atividades produtivas e serviços, dentro e fora do lote, resultando em mecanismos de reprodução familiar nem sempre presos à dimensão econômico-produtiva (agrícola ou não), que pesam sobre as estratégias adotadas ultimamente caracterizadas como pluriatividade. É aí que entra o relevante papel da mulher. Normalmente as tarefas são divididas a partir de uma forte hierarquia e de uma rígida divisão sexual do trabalho. Culturalmente, a mulher estaria ligada diretamente ao espaço doméstico, onde se realiza o consumo, enquanto o homem aplicaria sua força de trabalho no espaço da produção. Assim, o roçado corresponderia ao espaço masculino, da produção, do trabalho, e a casa ao espaço feminino, do consumo, do não-trabalho, "só da ajuda", embora a mulher realize suas atividades domésticas e ainda trabalhe nas tarefas do campo (Oliveira e Duque; 2001).

Desse modo, o que faz o trabalho da mulher no roçado se transformar em ajuda é justamente a atribuição tradicional construída socialmente do que seja papel sociocultural do homem e da mulher. Tanto o trabalho como os espaços na unidade de produção agrícola familiar são definidos a partir desta lógica de organização social, pelo menos no universo rural. Neste sentido, o trabalho produtivo realizado pela mulher no âmbito da agricultura constitui uma gama diversificada de funções que favorecem a unidade familiar. Além das atividades que desempenha em todas as etapas do processo produtivo agrícola, somam-se os afazeres domésticos, como a criação de animais de pequeno porte, coleta de água e lenha, entre outras. Essa forma cultural das relações de poder entre os gêneros estende-se aos costumes e ao modo de ser e de viver de cada indivíduo na sociedade (Franco e Thomaz Junior, 2002; Fiúza, 2001).

A construção de relações de gênero nos territórios de luta pela terra (assentamentos e acampamentos), dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil, só pode ser compreendida a

partir da processualidade social que os define. As funções sociais e a luta pela terra das trabalhadoras acampadas mudam uma vez que se transformam em assentadas, o que repercute diretamente na redução do seu espaço político e social. A preocupação que permeia esta interlocução radica na necessidade de desvendar processos estruturais e locais da divisão social e sexual do trabalho, que criam e direcionam as relações de gênero para com o manejo dos recursos naturais disponíveis nos assentamentos.

Focando as mulheres trabalhadoras que formam parte do processo de luta pela terra, em condição de acampadas, assentadas ou militantes de movimentos sociais rurais, é importante destacar que estas se enfrentam com opressões diferenciadas às dos seus companheiros. A opressão de gênero dificulta, e muito comumente impossibilita, a plena participação das trabalhadoras, na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais. Se bem que a mulher como trabalhadora é explorada como seus companheiros de luta, sofre também com as formas de dominação patriarcal (Fischer e Melo, 1996).

A divisão sexual do trabalho alimenta a invisibilidade do trabalho da mulher e dificulta o acesso à tomada de decisões de ordem comunitária. A relativa equidade entre os companheiros e companheiras de luta, observada nos acampamentos, perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se toma surpreendentemente restrita (Fiúza, 2001). O fato da baixa participação das mulheres no ambiente dos assentamentos não representa um comportamento "naturalmente" feminino. Nada existe na natureza das mulheres que as tome menos participativas, se isso ocorre deve-se às barreiras à participação erguidas a partir das relações sociais e de gênero e do código de valores que a sustenta.

Assim, as mulheres assentadas e acampadas que vendem sua força de trabalho o fazem em condições desiguais em relação aos homens. A não valorização da sua participação nas atividades produtivas implica em remuneração inferior para as mesmas atividades. Mostra disto é

que as diárias das acampadas que trabalham em assentamentos e fazendas ou das assentadas que trabalham na roça em lotes vizinhos, é inferior à recebida pelo trabalhador que desempenha a mesma atividade durante as mesmas horas de serviço. A percepção do trabalho produtivo da mulher como complementar e subalterno é mais uma das barreiras de gênero que as assentadas e acampadas vivenciam no seu cotidiano. Mesmo com o discurso de igualdade entre os sexos a menor valoração do trabalho da mulher é algo que continua fortemente arraigado na sociedade ocidental atual, tanto nos espaços urbanos e rurais quanto nos territórios de luta pela terra (Fischer e Melo, 1996).

Segundo Pinto (1992), da inserção da mulher nos movimentos sociais de caráter popular derivam-se três situações. Em primeiro lugar, a mulher deixa de atuar nos limites do privado e faz com que se estabeleçam novas relações no interior da família e com a vizinhança e amigos. Em segundo lugar, a mulher passa a articular, no interior do movimento, lutas diferenciadas em relação aos seus companheiros homens. Uma terceira situação seria a referente àquelas mulheres organizadas em torno de aspectos tradicionalmente femininos que passam a questionar a própria condição de mulher.

A primeira das situações é generalizada nos territórios da luta. A participação da trabalhadora implica na ruptura com a sua invisibilidade pública. A ruptura que isto supõe é feita sob tensões no seio familiar. A decisão de participar, quando se realiza de forma autônoma, é usualmente acompanhada da resistência de pais, mães, familiares, mas principalmente, dos companheiros. Esta resistência é muito maior no assentamento, onde as funções sociais de gênero são mais nítidas. A carência de poder na tomada de decisão dentro do casal é visível através de múltiplos depoimentos das mulheres trabalhadoras militantes. O grande limite para a participação efetiva da mulher na vida pública, associativa e comunitária, é em grande maioria, parte da proibição explícita dos companheiros (Fonseca, 1996; Franco e Thomaz Junior, 2002).

A quebra do cotidiano familiar, tanto para as mulheres trabalhadoras militantes quanto para as assentadas que se organizam em comissões, é um fato. O desenvolvimento da dimensão pública da sua vida pressupõe, além de novos saberes, novas informações que redefinam as relações de poder a nível privado. O embrião dessas mudanças é a nova divisão de tarefas que se realiza no lote. Todavia, longe da equidade de gênero na participação no trabalho reprodutivo, uma das respostas da inserção das assentadas e acampadas nas organizações de mulheres é que elas constituem os canais para repensar a sua condição no seio familiar valorizando o seu papel social.

2.3 Agricultura Familiar e a participação da mulher no processo de luta via MST

A atividade rural que mais contribui para geração de emprego e renda é a agricultura familiar. Por isso, há a necessidade de uma nova realidade fundiária para o Brasil, voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e assistência aos assentamentos de reforma agrária. Essa atividade responde hoje por 38% do valor bruto da produção agropecuária do Brasil, 84% dos estabelecimentos rurais e por 77% da mão-de-obra do campo. Produz 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho, 46% do trigo, 40% de aves e ovos e 31 % do arroz que chegam à mesa dos brasileiros. Cerca de 80% dos municípios do País são essencialmente rurais, abrangendo 50 milhões de pessoas (Rossetto, 2004)¹.

A partir daí entra a questão da reforma agrária que não finda com o acesso à terra, mas é

¹ Fonte www.mre.gov.br

apenas o começo, porque é preciso disponibilizar aos assentamentos as condições necessárias à produção, organização e auto-suficiência, por meio de ações planejadas, coordenadas e viavelmente executáveis garantindo a sustentabilidade ambiental e social .

Um levantamento² feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) aponta que das mais de 500 mil famílias assentadas entre 1995 e 2002, 90% não têm abastecimento de água, 80% não possuem energia elétrica e acesso a estradas, 57% não tiveram disponibilizado o crédito para habitação e 53% não tiveram qualquer tipo de assistência técnica. Contudo, é possível encontrar inúmeras experiências positivas e vencedoras de assentados que tiveram disponibilizado o crédito para habitação e puderam desenvolver sua vida no campo com experiências de produção, de geração de renda e qualidade de vida, conquistadas com o trabalho e perseverança das famílias assentadas.

Mas, para que haja um desenvolvimento equitativo entre homens e mulheres nesse novo espaço que promove relações diferenciadas quanto ao manejo dos recursos comuns e quanto à participação política feminina, o MST criou o coletivo de gênero, uma iniciativa para discussão da inclusão da mulher nas esferas organizativas, produtivas e também como protagonista da vida no assentamento.

A discussão sobre gênero dentro do MST³, ou seja, a reflexão sobre o que é construído socialmente como gêneros, originando desta forma os papéis específicos de homens e mulheres, e as relações de poder oriundas deste processo, surgiram como uma preocupação que despontou

² Fonte: www.incra.gov.br

³ Fonte: www.mst.org.br/setores/genero

dentro da organização, já que a participação das mulheres nos cargos de direção e demais atividades era reduzida, e o preconceito contra as mulheres, as quais sofriam com uma carga de formação conservadora em termos de costumes e cultura, era muito visível. Desta forma, sentiram a necessidade de introduzir essa discussão, com a finalidade de promover uma transformação nas relações de gênero, ou seja, a construção de relações mais igualitárias de participação e valores. E ainda dar margem a uma maior vinculação da mulher às ações promovidas pelo MST e a sua própria inserção nas estruturas produtivas e organizativas. As discussões de gênero eram consideradas algumas vezes como perda de tempo, ou assunto secundário dentro da pauta de discussões levadas a cabo pelo MST. No entanto, é possível detectar os avanços que surgiram da introdução desta discussão. Os Coletivos de Gênero, fruto da introdução dessa discussão, organizados dentro dos Estados e articulados em nível regional, vem constituindo avanços no que tange ao desenvolvimento destas colocações.

Um dos principais entraves colocados pelas militantes, como sendo responsável pelo não ingresso de novas mulheres na militância são os filhos, as atividades desenvolvidas no seu lote que se desdobram em uma tripla jornada de trabalho: sendo a primeira constituída das atividades domésticas; a segunda constituída pelo trabalho na lavoura e a terceira jornada no caso das mulheres militantes. Nesse contexto de responsabilidades e preconceito, a mulher fica quase impedida de participar de eventos, reuniões e demais atos promovidos não somente pelo coletivo, mas pelo movimento como um todo. Por isso mais tarde o que vem a ser o setor de gênero prioriza a criação de cirandas para as crianças, já que estas também geram limitações quanto a efetividade da participação das mulheres, juntamente com os demais afazeres (Mendes, 2002).

As mulheres que militam atualmente no MST realizam uma luta pela terra e a luta pela construção de novas relações e gênero. As diferenças nessas relações existem dentro do MST, e a formação deste coletivo veio justamente como um espaço onde se possa discutir, avaliar e elencar

propostas e ações cujo objetivo é a formação e conscientização de homens e mulheres. No entanto, o machismo que atinge algumas mulheres, as deixam numa visão de submissão e incapacidade quanto ao potencial militante para os diversos desenvolvimentos das atividades das esferas produtivas e organizativas do assentamento (Rua e Abramovay, 2000).

Esse envolvimento crescente das mulheres revela que já existe uma alteração significativa nas atitudes tanto de homens como de mulheres frente a vários preconceitos sexistas, não apenas sobre a mulher, mais também sobre o homem. Embora essas transformações não atingiram ainda o alcance esperado pelo menos resultam numa relevância de se perceber o lugar da mulher. Para isso, é importante rever junto com homens e mulheres os comportamentos, as atitudes, as crenças, os valores, as normas, as regras e os códigos criados pela cultura, pela tradição de uma sociedade conservadora. Nem o campo e nem o MST devem estar imunes a estas transformações, contudo é necessário implementar estratégias que estimulem e facilitem essas transformações inevitáveis. Os Coletivos de Gênero, durante todo o seu processo de estruturação, foram responsáveis pela inserção das questões acerca das relações de gênero no MST, e certamente desencadearam uma discussão que tem avançado. A reestruturação que se iniciou com a formação de um Setor de Gênero, tem obtido muitas mudanças, as quais têm avançado os trabalhos, e o desenvolvimento de projetos que contemplam a base, e são executáveis no cotidiano dos assentamentos e acampamentos.

Apesar de estar apenas iniciando a discussão acerca da participação da mulher no processo de luta, acredita-se que a experiência organizativa da luta pela terra além de redefinir o papel de mulheres e homens, está também modificando a vivência do cotidiano desses sujeitos, assim como, fortalecendo o significado da luta e das demais pretensões de transformação embutidas nela, como a emancipação de classe. Enfim o setor de gênero do MST vem através da

inserção da mulher na luta política, desencadeando uma série de transformações que cooperam para a busca da "emancipação" dessa mulher.

CAPÍTULO III

A construção espacial do assentamento José Antônio Eufrouzino quanto ao acesso e uso dos recursos naturais.

A associação das problemáticas de gênero, de um lado, e de acesso e uso de recursos comuns (como elemento dos processos mais amplos de construção social da natureza), de outro, empreendida nesta dissertação teve como um dos pontos de partida a compreensão dos projetos de assentamento no semi-árido como novos espaços sociais (Cunha, 1997), em que são reconfiguradas as relações sociais e as relações entre seres humanos e natureza.

Este capítulo busca revelar a dinâmica de construção do espaço social do PA. José Antônio Eufrouzino, enfatizando como este processo resultou numa nova configuração de conflitos e, em consequência, de mecanismos de regulação do acesso e uso dos recursos naturais, destacando os recursos que passaram a ser manejados coletivamente.

O trabalho de campo nos permitiu fazer a observação das práticas e vivências dos assentados. Pudemos obter dados sobre a disponibilidade e o manejo dos recursos naturais do assentamento, de como esse manejo é feito e por quem. Para isso coletamos informações gerais de 38 famílias distribuídas entre as 4 áreas do assentamento através da aplicação de um questionário¹, obtendo dados sobre a unidade familiar, sobre a propriedade familiar, o uso dos recursos naturais, a divisão de tarefas e a participação política no assentamento.

3.1 A constituição do espaço social do assentamento

O Projeto de Assentamento José Antônio Eufrouzino está localizado no semi-árido paraibano, a aproximadamente vinte quilômetros da sede do município de Campina Grande, e foi criado no ano de 2001 quando da desapropriação das fazendas Monte Alegre, Castelo, Bonfim e Logradouro, de então propriedade do Sr. José Carlos Gonçalves.

A ocupação das fazendas foi uma iniciativa conjunta do MST e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e ocorreu de forma pacífica, pois o processo de desapropriação já estava em curso com a etapa de vistoria já concluída.

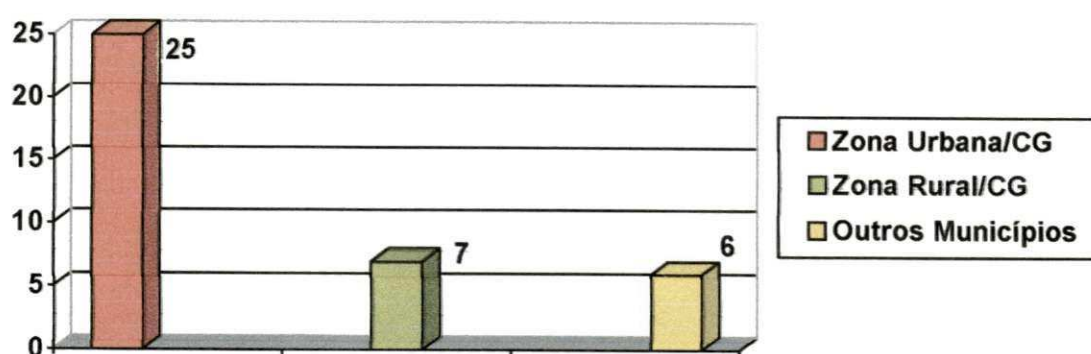
A idéia da ocupação nasceu em um outro assentamento (Venâncio Tomé de Araújo), nas antigas fazendas Quixaba e Trapiá, como resultado de um acordo entre Incra, MST e FETAG para que algumas famílias deixassem o assentamento e ocupassem as áreas das fazendas Monte Alegre, Castelo, Bonfim e Logradouro. Inicialmente, a ocupação contou com 200 famílias. Atualmente, o assentamento possui 100 famílias assentadas numa área total de 3.104 hectares, além de outras acampadas que lá residem temporariamente.

Os assentados, em sua maioria, são oriundos das periferias da zona urbana de Campina Grande e têm sua origem na zona rural de pequenos municípios, geralmente do semi-árido. O levantamento de informação com 38 famílias acampadas revelou que 25 delas residiam em

¹ Os questionários foram aplicados no contexto do projeto "Manejo e conservação de recursos comuns, desempenho institucional e implementação dos planos de desenvolvimento em assentamentos do semi-árido nordestino", financiado pelo CNPq e coordenado pelo Professor Dr. Luís Henrique (PPGS/UFPB/UFCG) e contou com a participação dos alunos Gilmara de M. Ferreira (Mestranda PPGS/UFPB/UFCG), Roberto de Sousa Miranda (Mestrando PPGS/UFPB/UFCG) e Aldo Manoel B. Nunes (Graduando UFCG/ PIBIC/CNPq).

bairros da periferia urbana de Campina Grande antes de se envolverem no processo de luta pela terra, enquanto 7 famílias vinham de áreas rurais próximas do assentamento e 6 famílias de outros municípios (Gráfico 1).

Gráfico 1- Origem das famílias assentadas do Projeto de Assentamento José Antônio Eufrouzino



Fonte: Pesquisa de Campo.

A intermediação dos assentados com órgãos externos governamentais (INCRA, IBAMA) ou não-governamentais (ATECEL) de apoio, fiscalização, financiamento e assistência técnica é feito através de duas associações. Uma que conta com 73 famílias associadas e é ligada ao MST, a outra composta por 17 famílias ligadas à FETAG e ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR).

As famílias da associação ligada ao MST, antes de chegarem no assentamento Venâncio Tomé de Araújo, foram mobilizadas e recrutadas pelo chamado “trabalho de base” que é feito nos sítios vizinhos e nos bairros periféricos das cidades, onde o movimento executa dinâmicas de mobilização de pessoas para participarem de ocupações de terras. Na associação da FETAG existem dois tipos básicos de famílias: as que já moravam nas propriedades desapropriadas e as

que eram filiadas ao STR (Sindicato de Trabalhadores Rurais), essas, antes da criação do assentamento, residiam em outras localidades da zona rural do município de Campina Grande. A instância máxima de decisão, oficial, é a assembléia geral que conta com a participação dos membros de cada associação.

Devido a grande extensão do assentamento, este foi dividido em quatro grupos, criados por iniciativa do MST: o Grupo 1, formado pelas famílias que moram na área da antiga fazenda Logradouro; o Grupo 2, composta pelas famílias da área do Bonfim; o Grupo 3, com as famílias de Castelo e o Grupo 4, onde moram as famílias de Monte Alegre.

Nota-se uma lógica de descentralização nas tomadas de decisão e na resolução dos problemas, na medida em que tudo que disser respeito exclusivamente a um determinado grupo será discutido no âmbito daquele grupo, evitando-se levar o debate para a associação. Surgindo um problema entre duas famílias de um mesmo grupo, ou de grupos diferentes, procura-se a solução entre essas famílias. Nesse caso, os grupos interferirão o mínimo possível no debate, servindo praticamente como intermediadores ou pacificadores.

Dessa maneira, na prática, a ação das associações limita-se à oficialização das decisões tomadas no âmbito dos grupos, principalmente pelos órgãos externos (INCRA, IBAMA, bancos) quando se exigem certas formalidades e ritos para que essas decisões sejam reconhecidas como legais.

De proporções nacionais, o MST é muito bem articulado e sua organização permite que ele avance para apropriação de novas terras e posterior estruturação de outros espaços. Durante nossas visitas ao assentamento presenciamos reuniões com alguns assentados e acampados no intuito de ocupar outras terras, inclusive em áreas urbanas, como foi o caso do Catirina, que pretende ocupar uma área aqui em Campina Grande, no bairro de Bodocongó próximo do Hospital da FAP, segundo depoimento dos próprios assentados que diziam regularmente “dar um

apoio lá”. O apoio que alguns assentados vinculados ao MST oferecem aos acampados funciona seguindo a lógica de retribuir o que foi recebido. Se hoje eles têm um pedaço de terra, devem militar para que outros também venham a ter. É a noção de reciprocidade como instituição camponesa.

3.2 As áreas comuns e o processo de loteamento*

Em 2003, foi feito um pré-parcelamento no assentamento por iniciativa dos próprios assentados, onde cada família ficou com uma área individual de aproximadamente 10 hectares. Foram respeitadas as áreas de reserva legal (20% da terra, que corresponde a aproximadamente 620,8 hectares divididos em duas áreas: uma em Monte Alegre, “reserva da serra” e outra entre Monte Alegre, Castelo e Bonfim, “reserva do açude”) e as de preservação permanente das antigas fazendas, o restante da terra (cerca de 1000 hectares, já computadas as Áreas de Preservação Permanente (APP), as estradas, os açudes e barreiros) não foi dividida, foi cercada e utilizada como área de pastagem coletiva.

Desde a criação do assentamento, existe um impasse quanto ao parcelamento, entre os que querem que toda a área seja dividida em lotes individuais e os que querem que parte da área fique sob o domínio da coletividade. Atualmente, os assentados ainda obedecem à divisão feita no pré-parcelamento. Mas a proposta da divisão em lotes individuais foi escolhida em assembléia geral (ocorrida em agosto de 2005) pelos assentados, que estão esperando o parcelamento definitivo que será realizado pelo INCRA.

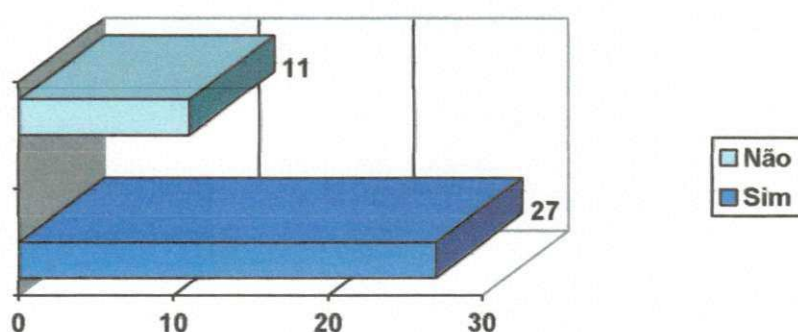
*

Gostaria de agradecer a Aldo Manoel Branquinho Nunes, bolsista de iniciação científica do curso de Ciências Sociais da UFCG, pela colaboração na organização dos dados para esta seção e seguintes.

Com a nova divisão, cada família terá uma área de cultivo individual de 18 hectares, já descontadas as áreas de reserva legal, as de preservação permanente, as estradas, os açudes e barreiros, e as benfeitorias das antigas fazendas que serão de uso coletivo, inclusive as casas que hoje são ocupadas por famílias. Não mais existirão as áreas de pastagem coletiva, apenas algumas áreas impróprias para cultivo permanecerão sob o domínio coletivo (ex: áreas com alto grau de devastação, os pátios das casas-sede e as próprias casas que poderão ser utilizadas como escolas, postos de saúde, bancos de sementes, armazéns, etc).

Das duas áreas de reserva legal (“reserva da serra” e “reserva do açude”) é extraída madeira como fonte para cozinhar, varas e estacas para infra-estrutura do lote. Estas áreas também são utilizadas como pastagem para animais. Existe, no que é intitulado como área comum, trinta e dois reservatórios de água entre açudes, barreiros e tanques naturais e cinco poços, dos quais dois estão desativados. O maior açude do assentamento está localizado na área do Bonfim e possui um espelho d’água de aproximadamente 17 hectares. Além de fornecer a água consumida no assentamento, esses reservatórios possuem peixes que são utilizados como reserva protéica na alimentação das famílias (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Famílias que exercem a atividade da pesca do Projeto de Assentamento José Antônio Eufrouzino



Fonte: Pesquisa de Campo.

3.3 Recursos comuns, conflitos e estratégias de regulação

Analisando o histórico do assentamento e o manejo comunitário dos recursos naturais durante esse período, podemos constatar que o acesso e o uso nem sempre se deram de forma pacífica e sem problemas ou atritos entre assentados, ou entre assentados e sujeitos externos ao assentamento.

É relatado que durante a instalação do assentamento, aconteceram alguns fatos que trouxeram constrangimentos para os assentados e que fugiram do controle dos próprios órgãos governamentais de fiscalização, como a utilização dos recursos comuns disponibilizados para as famílias, que causaram, devido ao uso maciço, quase a destruição de alguns desses recursos, como por exemplo, as reservas de madeira. A “tragédia dos comuns”, previstas por Hardin, quase se completava.

Esse descontrole no início do assentamento (2001-2003) pode ser explicado pela incerteza dos direitos de propriedade dos bens comuns existentes naquele momento. Apesar da área ser de propriedade estatal, constatou-se um momento de acesso livre (sem regulação de uso e de acesso aos recursos) em que não se sabia quais famílias iriam ficar, demonstrando uma situação em que várias pessoas com ou sem interesse em se assentar tiveram acesso aos recursos argumentando que aquela área era do governo, portanto, era de “todo mundo”. Toda essa dúvida deu margem a oportunistas que passaram a explorar os recursos indiscriminadamente. Outra possível causa que explica essa situação desordenada é que a ação do Estado não foi capaz de garantir a regulação do acesso e o uso dos recursos (Nunes, 2005).

Durante os dois primeiros anos da instalação do assentamento, ocorreu uma superexploração de alguns recursos naturais, a exemplo da madeira das áreas de reserva, do peixe dos açudes e da pastagem coletiva.

3.3.1 A exploração da madeira nas áreas de reserva

O caso mais sério de superexploração foi o da extração de madeira das áreas de reserva, feita tanto por alguns assentados que a comercializavam diretamente ou a utilizavam para a fabricação de carvão, quanto por atravessadores que contratavam mão-de-obra para o corte, transportavam a lenha em caminhões para padarias em Campina Grande e vendiam as estacas e mourões para fazendas da região. Isso era feito sem autorização do coletivo dos assentados e sem o conhecimento do IBAMA.

Essa situação dos atravessadores foi resolvida por sucessivas denúncias feitas pelos assentados ao IBAMA, que esteve presente na área do assentamento em algumas oportunidades, como também pela fiscalização das lideranças do MST e pelas próprias famílias, que se sentiram prejudicadas com a devastação da mata.

Atualmente, apesar das pessoas partilharem de regras claras de proibição do uso da madeira da reserva legal para fabricação de carvão e para a venda de estacas, estas regras eventualmente não são cumpridas. Quando perguntados se vendiam lenha ou carvão, os assentados, em sua maioria, responderam que não, mas alguns, ainda receosos, disseram que sim, principalmente nos períodos de seca, quando a renda familiar decresce e a família fica mais vulnerável à fome. Essas pessoas são repreendidas e advertidas nas assembléias ou nas reuniões de grupo.

3.3.2 A pesca e a caça no assentamento

Os recursos pesqueiros do assentamento também sofreram, segundo relatos dos assentados, alto grau de exploração por sujeitos externos durante o período de acesso livre, no início da ocupação. Pescadores profissionais ou amadores, para fins comerciais ou de lazer, entravam indiscriminadamente na área do assentamento e levavam consigo grandes quantidades de pescado sem nada remunerar aos assentados.

Quando as famílias moradoras na área chegaram à conclusão que aquela situação estava fugindo do controle, resolveram se reunir e tomaram uma série de providências, dentre elas a proibição definitiva de pessoas estranhas no assentamento com o objetivo de pescar. Assentados relatam que para que esta decisão fosse cumprida e respeitada, foi necessário algumas ações fortes como por exemplo confisco do pescado e dos instrumentos de pesca de algumas pessoas que relutavam em pescar.

Atualmente, a pesca é liberada em qualquer época do ano para os assentados em qualquer reservatório, mas entre o ano de 2004 e 2005 os assentados resolveram proibir a pesca, sob qualquer hipótese, por um período de seis meses porque foi colocado no açude grande na área do Bonfim um pequeno cardume de alevinos (carpa) e tornou-se necessário este tempo para o crescimento e a reprodução dos peixes.

Da mesma forma que os peixes, os animais silvestres - durante a instalação do assentamento - padeceram de uma quase ruína através da caça. Alguns assentados que conheciam as áreas antes da desapropriação da antiga fazenda relatam que existia uma grande variedade de animais e citam o exemplo da fartura das emas e aves de arribação.

O período de acesso livre e da generalização da caça por pessoas externas cessou diretamente depois das denúncias ao IBAMA e indiretamente depois do pré-parcelamento. Iniciou-se então um período de maior fiscalização estatal e de auto-regulação por parte dos assentados. Apesar da proibição irredutível da lei e da vigília contínua dos pares, a caça no

assentamento não desapareceu por completo. Alguns assentados quando perguntados se caçavam, ainda acanhados, respondiam que sim, porém esporadicamente e justificavam que só exerciam esta atividade quando faltava carne na mesa ou quando existia alguma festa comemorativa.

3.3.3 A utilização da pastagem coletiva

Outro constrangimento que aconteceu no assentamento em relação ao uso e a conservação dos recursos comuns foi quanto à utilização da pastagem coletiva. Num primeiro momento (2001-2003), em que não havia sido feito o pré-parcelamento e não se tinha estabelecido a área coletiva que serviria de pastoreio, ocorreu a entrada de muitos animais pertencentes a alguns fazendeiros, de certa maneira abastados que queriam se apossar de partes do assentamento. Com isso, eles queriam se impor, mas, devido à resistência dos assentados que se organizaram fortemente, não conseguiram.

Os assentados relatam o caso de um criador de gado que também é empresário em Campina Grande, que colocou cerca de 200 reses na área do assentamento e que destruiu boa parte da lavoura dos assentados. Essa pessoa estava começando a cercar uma área de 400 hectares. Para solucionar esta questão, os assentados denunciaram ao INCRA a ação deste indivíduo. O INCRA exigiu a retirada do gado, porém não surtiu efeito. Os assentados, então, resolveram tomar medidas fortes: primeiro tentaram colocar o gado para fora do assentamento, o que também não funcionou, depois concluíram que o empresário só sairia dali, quando tivesse algum prejuízo. Foi assim que os assentados reunidos abateram dois animais e distribuíram a carne para as famílias.

Num segundo momento, já depois do pré-parcelamento, com a área de pastoreio coletivo bem definida, alguns assentados introduziam gado de fazendas vizinhas nas áreas coletivas e recebiam uma espécie de aluguel por cabeça. Um problema que surgiu foi que cada família quis colocar uma quantidade ilimitada de animais para garantir uma renda extra, acarretando numa superpopulação de bovinos que chegou a 3000 cabeças e o outro foi que como a área era coletiva, os lucros obtidos com o aluguel deveriam ser divididos coletivamente e isso não acontecia.

Quando apareceram os primeiros problemas de degradação ambiental causada pela superpopulação de bovinos (devastação da pastagem, compactação do solo e escassez de água), os assentados prejudicados, aqueles que também tinham animais que estavam competindo com o gado de estranhos, resolveram discutir e buscar soluções. Ficou proibido o aluguel do pasto e o acesso à pastagem coletiva ficou restrito a 500 cabeças de gado.

3.4 A infra-estrutura

Embora exista rede elétrica, nem todas as casas podem desfrutar deste serviço. No assentamento não existe água encanada, nem telefones públicos, nem postos de saúde. As escolas não são próximas de onde moram a maioria das famílias. Os próprios assentados reclamam e até já reivindicaram providências, mas até agora nada conseguiram¹. Veja o depoimento de uma assentada a esse respeito:

¹ A questão da infra-estrutura do assentamento foi muito comprometida pelo atraso do INCRA em delimitar os lotes e o financiamento da construção das casas.

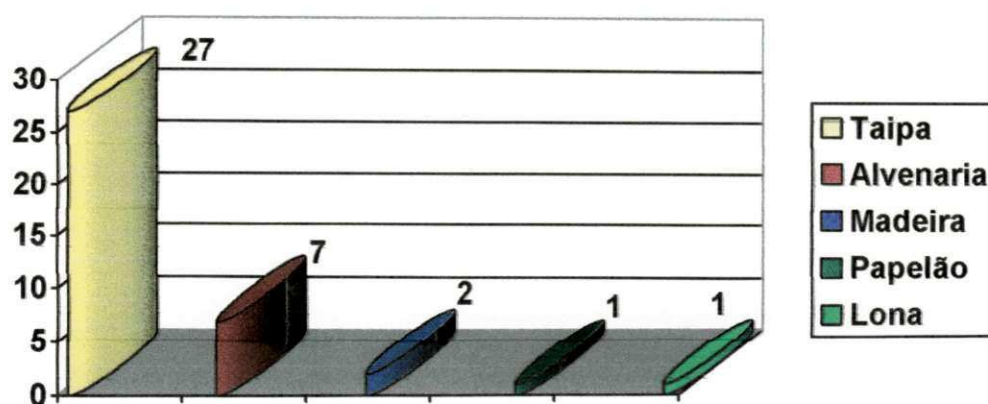
(...) “Quando tem uma escola eu sempre estudo, um clube de mãe pra gente aprender alguma coisa de pintura, de fazer crochê, de fazer alguma coisa de necessidade dentro de casa, né? Aqui tem um, mas é muito longe. A gente está precisando aqui de uma escola pra nós estudar porque sempre eu gosto de estudar. Tudo isso a gente está precisando aqui e não tem, o posto é longe, fica longe e eu não tinha nem uma carroça de burro pra ir pra aquele posto. É sufoco viu, é sufoco, nos começo aqui quando eu não tinha uma carroça de burro, deu um probleminha na minha carroça que eu não tinha uma carroça de burro pra ir, quando eu chegava lá, eu saía daqui cinco e meia da manhã, chegava sete e meia, oito hora, aí a agente de saúde falava: - dona Maria a senhora veio de pé? Que coragem! Eu dizia: - vim minha filha, é o jeito pra passar no médico tive que vir, chegava suada, que chega tava molhada de suor assim. Mas é o jeito, tem que buscar minha medicação, que eu tomo medicação controlada. Aí ela chega ficava com pena.” (...)

Maria

A estrutura de moradia dos assentados na época da pesquisa é constituída por barracos de taipa, lona, papelão e madeira, de chão batido(ver fotos no fim do capítulo). As casas de taipa e madeira são construídas com estacas, varas e barro (argiloso parecido com a consistência de cimento) todos adquiridos no assentamento e construídos após a chegada lá. Os assentados usam papelão e plástico para revestir os barracos, o que mesmo assim não impede a entrada de insetos como barata, aranha, rato, etc, além de não permitir nenhuma segurança e na época de inverno os barracos ficam comprometidos com os ventos e a chuva. Os barracos de papelão e lona são destruídos totalmente quando chove, obrigando as famílias a irem para casa dos vizinhos. A tudo isso, soma-se o fato dos barracos não possuírem banheiro, fossa, nem do assentamento ter coleta de lixo, comprometendo a saúde dos assentados e degradando o meio ambiente. Os assentados esperavam a liberação de um crédito habitação² para poderem construir suas casas, mas isso foi retardado porque dependia da demarcação oficial dos lotes pelo Incra, o que só aconteceu no final

de 2005. O gráfico 3 (a seguir) demonstra os tipos de moradia das famílias assentadas: das 38 famílias, 27 moravam em casas de taipa, construídas após a chegada ao assentamento, 7 moravam em casas de alvenaria que já existiam desde o período da fazenda, 2 moravam em casa de madeira, também construídas após a chegada ao assentamento, bem como 1 construída com papelão e outra com lona.

Gráfico 3 -Tipos de moradia das famílias do Projeto de Assentamento José Antônio Eufrouzino.

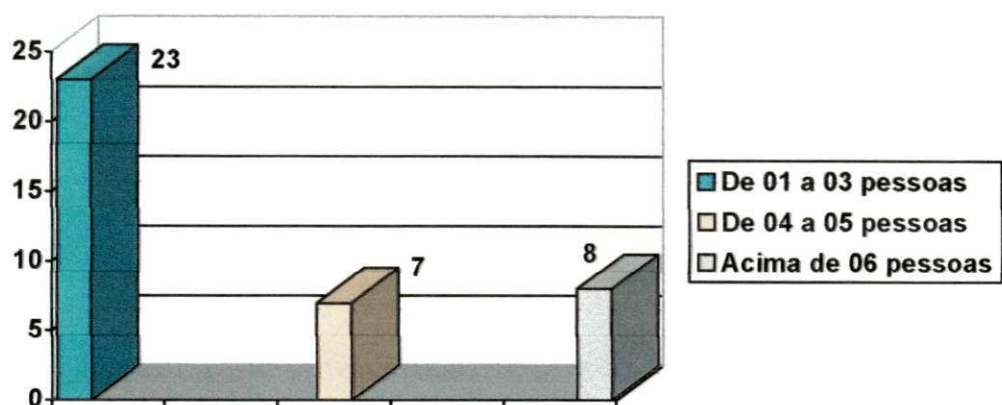


Fonte: Pesquisa de Campo.

Com base nos dados levantados com a aplicação dos questionários, verificou-se que uma média de 3,74 moradores por unidade familiar. Muitas famílias estão divididas entre a casa na cidade e a casa no assentamento. O que pode explicar, em parte, a média relativamente baixa de moradores por unidade domiciliar (Gráfico 4).

O crédito habitação foi liberado e as casas já estão sendo construídas, desde o início de 2006.

Gráfico 4 - Composição das famílias por residência do Projeto de Assentamento José Antônio Eufrouzino.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Há, ainda, alguns casos de pessoas que moram sozinhas por motivo de separação ou porque não casaram. Constatamos alguns casos de homens que moram sozinho no assentamento por que suas esposas trabalham em Campina Grande ou por que não gostam da vida no campo.

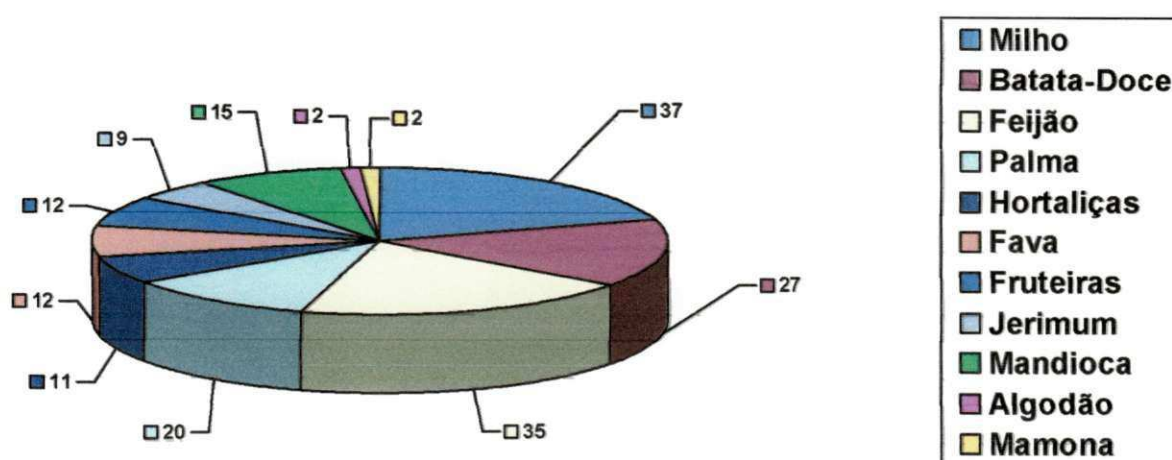
Ou seja, os vínculos das mulheres com a área urbana são maiores e mesmo entre as que moram no assentamento, algumas não interagem diretamente com a terra. Isso indica uma não-relação direta entre as mulheres e os recursos naturais do assentamento.

3.5 Agricultura e Criação de Animais

A agricultura e a criação são atividades centrais de produção e subsistência das famílias assentadas. São raros os casos de pessoas aposentadas ou que possuem outra fonte de renda além

da agricultura e da criação de animais. Os produtos cultivados por praticamente todas as famílias são o milho, o feijão e a batata doce. Das 38 famílias entrevistadas, 37 cultivam milho, que é a primeira cultura, a segunda é o feijão com 35 famílias, e a terceira é a batata doce com 27 famílias. Muitos plantam palma para os animais, alguns algodão e mamona para comercialização e outras culturas para o próprio consumo (Gráfico 5).

Gráfico 5 -Produtos cultivados entre as famílias assentadas do Projeto de Assentamento José Antônio Eufrouzino.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Embora a maioria das culturas produzidas no assentamento seja para o consumo das próprias famílias, como dissemos, a exemplo das hortaliças, mandioca, jerimum, fava, fruteiras como melancia, maracujá, etc, algumas famílias comercializam o excedente na feira de Campina Grande e também doando aos acampados que as vezes chegam no assentamento ou mesmo outros assentados que não possuem.

Quanto aos animais, tem-se preponderantemente destaque a criação de gado e aves, como galos, pintos e galinhas (que põe ovos utilizados para consumo próprio e para venda dentro e fora

do assentamento) e cavalos ou burros que servem principalmente para uso em transporte e carroças. Das 38 famílias entrevistadas, 37 têm cavalos ou burros, 34 criam gado e 32 famílias galináceos, sendo as criações de suínos, caprinos e ovinos minoritárias. (Gráfico 6)

Gráfico 6 -Criação de animais das famílias assentadas do Projeto de Assentamento José Antônio Eufrouzino.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Pudemos constatar que alguns assentados realizavam com certa frequência a extração de mel de abelhas com excelente qualidade de colméias favorecidas pelas condições ambientais do assentamento. Inclusive na reunião dos assentados para definição oficial dos lotes realizada pelo Incra foi reivindicado um apoio para a produção de mel no assentamento.

Fotos

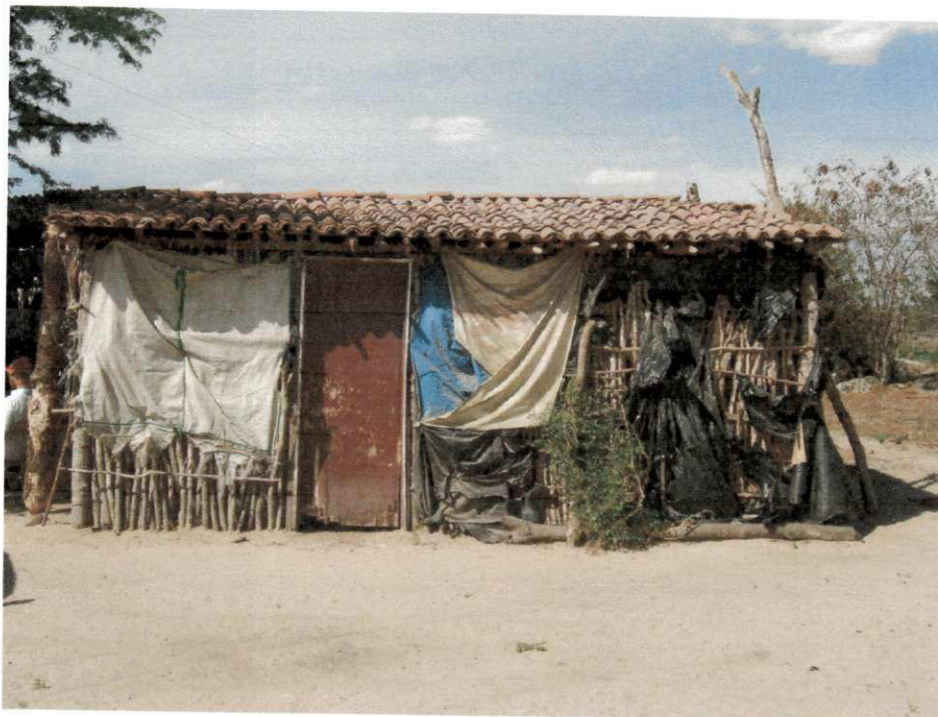


Foto 1 – Barraco de taipa coberto com lona, sacos de nylon e telhas – 2005



Foto 2 – Barraco de taipa todo coberto com lona – 2005

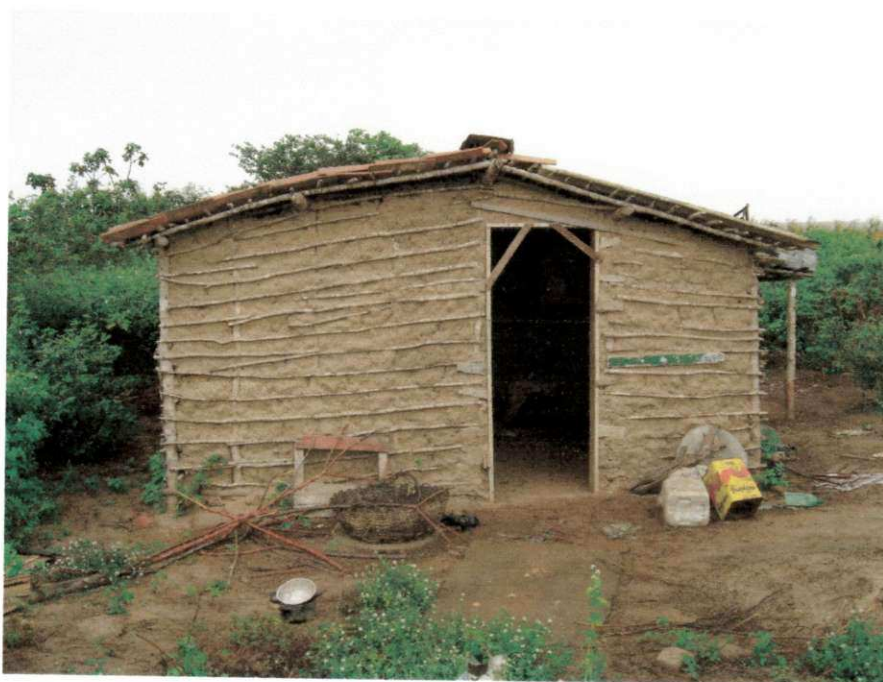


Foto 3 – Barraco de taipa coberto com telha – 2005



Foto 4 – Cozinha de uma assentada – 2005

CAPÍTULO IV

A visibilidade do trabalho feminino no P. A. José Antônio Eufrouzino

O assentamento rural é um passo à frente no processo de luta, a consumação do acesso à posse da terra. Nele as implicações de gênero se tornam evidentes na divisão sexual do trabalho no interior das unidades familiares de produção. Além da existência de uma diferenciação de papéis em função da atividade desempenhada, a jornada de trabalho também é um elemento que reforça essa divisão sexual do trabalho. Verificamos que os discursos das entrevistas desnudam a realidade do trabalho que as mulheres realizam, numa perspectiva de tensão sobre o lugar da mulher e a visibilidade de seu trabalho. Em alguns casos, fica claro que a participação feminina é limitada por constrangimentos fundados nos papéis de gênero, mas as mulheres têm despertado para que essas questões sejam superadas. No assentamento José Antônio Eufrouzino as mulheres são responsáveis por muitas tarefas com grande peso nas atividades domésticas, mas também produtivas, como capinar, cortar, plantar, colher, criar, enfim, no trabalho do roçado. O desenvolvimento da dimensão pública da sua vida pressupõe, além de novos saberes, novas informações que redefinam as relações de poder a nível privado. O embrião dessas mudanças é a nova divisão de tarefas que se realiza no lote e no assentamento, implicando na definição de atividades relacionadas aos papéis sociais tradicionais de gênero e aos que se redefinem nesse novo espaço que é o assentamento.

Através de nosso trabalho de campo observamos como na prática os papéis sociais de gênero se articulam nesse novo espaço de convivência. A identificação das atividades produtivas e reprodutivas e de trabalho comunitário nos assentamentos toma-se fundamental para evidenciar a participação de homens e mulheres em todos os níveis e âmbitos, para colocar prioridades e contribuições.

Neste capítulo, apresentamos algumas reflexões a respeito da participação e do papel da mulher na estrutura organizativa do assentamento, procurando abordar um pouco da vinculação do trabalho desta à esfera doméstica, agrícola e à luta política. Para isso, analisamos o conteúdo de entrevistas realizadas com os assentados, a fim de compreendermos as diferenciações entre homens e mulheres a partir das atividades desenvolvidas no assentamento e procurando revelar seus discursos e sua apreensão das relações sociais.

4.1 Perfil dos assentados entrevistados

Para a realização das entrevistas, selecionamos dezoito pessoas (as que tivemos maior afinidade) que acompanhamos mais de perto, mulheres e homens, observando diretamente seu cotidiano na lida com a terra e na diferenciação do trabalho a partir dos papéis sociais que cada gênero representa dentro da família e do assentamento. Aplicamos questionários, fizemos entrevistas informais, gravamos entrevistas semiestruturadas e fotografamos um pouco do cotidiano de alguns desses assentados (ver em anexos).

Quadro 1 - Informações dos casais entrevistados no PA. José Antônio Eufrouzino

| | | Idade | Nº de filhos | Grau de escolaridade | Grau de satisfação* |
|---------|--------------------------|--------------|---------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Casal 1 | Assentado 1 | 32 | 1 | Técnico agrícola | Muito satisfeito |
| | Assentada 1 | 29 | 0 | Ens. Fund. menor | Insatisfeita |
| Casal 2 | Assentado 2 | 55 | 5 | Semi-analfabeto | Muito satisfeito |
| | Assentada 2 | 50 | 5 | Semi-analfabeta | Pouco satisfeita |
| Casal 3 | Assentado 3 | 57 | 3 | Ens. Fund. menor | Muito satisfeito |
| | Assentada 3 | 46 | 3 | Semi-analfabeta | Pouco satisfeita |
| Casal 4 | Assentado 4 ¹ | 56 | 0 | Semi-analfabeto | Pouco satisfeito |
| | Assentada 4 | 44 | 0 | Semi-analfabeta | Muito satisfeita |
| Casal 5 | Assentado 5 | 73 | 15 | Ens. Fund. menor | Satisfeito |
| | Assentada 5 | 43 | 10 | Semi-analfabeta | Satisfeita |
| Casal 6 | Assentado 6 | 42 | 3 | Ens. Fund. menor | Muito satisfeito |
| | Assentada 6 | 37 | 3 | Semi-analfabeta | Muito satisfeita |
| Casal 7 | Assentado 7 | 35 | 3 | Ens. Fund. maior | Muito satisfeito |
| | Assentada 7 ² | 30 | 3 | Ens. Fund. maior | Muito satisfeita |
| Casal 8 | Assentado 8 | 49 | 3 | Semi-analfabeto | Muito satisfeito |
| | Assentada 8 | 42 | 4 | Semi-analfabeta | Muito satisfeita |
| Casal 9 | Assentado 9 | 37 | 4 | Semi-analfabeto | Muito satisfeito |
| | Assentada 9 ³ | 32 | 2 | Ens. Médio normal | Satisfeita |

Fonte: Pesquisa de campo realizada no assentamento em Julho, agosto, Novembro e Dezembro de 2005.

* Essa questão do grau de satisfação com relação a vivência no assentamento, dadas às condições que a vida rural impõe, foi perguntada diretamente.

¹ É um homem deficiente físico que embora ajude a realizar quase todas as tarefas agrícolas de seu lote acha pouco satisfatória a vida no assentamento devido suas condições de saúde e limitações de locomoção por que teve uma perna amputada.

² É uma militante no MST. Trabalha dando aulas como professora voluntária na EJA-Educação de Jovens e Adultos para os assentados e pessoas que moram nas regiões circunvizinhas num sítio próximo ao assentamento.

³ É também uma mulher militante no MST, muito batalhadora, pois tem um bebê com limitações de locomoção devido a pouca oxigenação no cérebro. Ela o traz duas vezes por semana para Campina Grande para fazer fisioterapia. É a vice-presidente do assentamento e coordenadora de educação, dá aulas no assentamento a noite como voluntária na EJA para os assentados e pessoas que moram nas regiões circunvizinhas e ainda pretende ir para o Rio Grande do Norte para concluir o curso de pedagogia.

Com as informações do quadro 1, totalizando nove casais (dezoito assentados) podemos afirmar que nossos entrevistados, têm uma média etária de 44,8. Quanto a escolaridade constatamos que a metade da amostra são de semi-analfabetos, enquanto que 4 assentados possuem o ensino fundamental menor (antigo primário), 2 possuem o ensino fundamental maior (antigo ginásio) e 2 o ensino médio (antigo científico); quanto ao grau de satisfação com a vida no assentamento observamos que 11 se dizem muito satisfeito, 3 satisfeitos, 3 pouco satisfeito e apenas 1 insatisfeito¹.

Ainda nessa etapa, elaboramos uma tabela com dados do cotidiano dos assentados que entrevistamos, com os dias da semana e os horários das atividades de cada entrevistado (ver em anexo) desde a hora em que ele ou ela se levantam até a hora de dormir e estivemos observando o que se confirmava ou não participando do dia a dia destes.

Concomitantemente, optamos por fazermos uma entrevista com roteiro semi-estruturado mais específico que envolve questões pertinentes à mulher, sendo que as mesmas perguntas foram feitas para homens e mulheres, já que mesmo priorizando o estudo das mulheres consideramos relevante a opinião dos homens. A partir daí, fomos coletando dados, confirmando hipóteses, confrontando discursos com a prática e percebendo como se articulam as relações de gênero. O quadro 2 apresenta a relação de questões feitas a todos os entrevistados.

¹ É uma mulher que não é satisfeita com a vida no assentamento porque segundo ela o seu único filho faleceu por causa das condições deste, a frieza e a falta de atendimento médico. A criança tinha dois anos e faleceu de pneumonia em Novembro de 2004. Ela chora até hoje a perda do filho e além disso sua casa está sempre muito cheia de visitas, acampados, etc.

Quadro 2 - Questões específicas sobre a mulher feitas durante as entrevistas

| | |
|-----------|---|
| Questão 1 | Qual a importância da mulher para o assentamento? |
| Questão 2 | As tarefas são divididas? Por quê? Tem trabalho de homem e de mulher? Quem cozinha, lava roupa e arruma a casa? |
| Questão 3 | Como você vê o trabalho das mulheres? Ele é reconhecido? |
| Questão 4 | Qual a responsabilidade da mulher com a casa e com os filhos? |
| Questão 5 | Como você vê a relação da mulher com a terra, a convivência no assentamento é satisfatória? |
| Questão 6 | Existe participação da mulher nas decisões da casa e do assentamento? Como isso acontece? |
| Questão 7 | Existe participação da mulher no MST? Como isso é feito? |

4.2 Da importância da mulher

Em praticamente todos os casos, quando questionamos qual a importância da mulher, a resposta unânime esteve vinculada ao trabalho que ela desempenha, ou seja, ajuda no assentamento, trabalha nas tarefas domésticas, no cuidado com o marido, com os filhos, no MST, na luta para conquistas no assentamento e ainda nas atividades domésticas e agrícolas. Interessante que essa visão não parte só dos homens, mas as próprias mulheres relacionam sua importância apenas ao seu trabalho.

Isso se confirma a partir de alguns discursos:

"A importância da mulher é muito importante por causa que a gente aqui no assentamento ajuda bastante né? No dia a dia ele (o marido) precisa muito de nós né?" Assentada 1

"Eu acho importante porque ela é uma pessoa que ajuda aqui no assentamento, é uma companheira do dono do assentamento né? Creio que seja uma grande..., pessoa que ajuda a gente, uma companheira que é preciso, a gente precisa de uma companheira pra conseguir tudo aqui né?" Assentado 2

"Porque a mulher é muito trabalhadeira né? Né isso? E..., só isso, que a mulher é muito trabalhadeira, o quê mais eu não sei. Só porque ela é trabalhadeira, o importante é ela ajudando o marido, o importante é isso né? Criar, que crie bastante, que ajude o marido bastante no roçado, na agricultura né? O importante pra mulher é isso, né?" Assentada 3

4.2.1 Da visibilidade do trabalho da mulher

Embora tradicionalmente o trabalho da mulher seja considerado mais restrito ao espaço privado da casa, ele tem sido visto por muitos como indispensável, até por que em quase todos os casos ele abrange as tarefas domésticas e agrícolas. Quando questionamos sobre seu reconhecimento, tanto homens como mulheres afirmaram que mesmo existindo algumas pessoas com uma mentalidade e um discurso machista de que o trabalho da mulher é uma obrigação e não o vêem como trabalho, apenas como "ajuda", tem-se também crescido o consenso entre os homens e as próprias mulheres de admitirem suas atividades como trabalho, mesmo que estas impliquem no cuidado da casa, da roupa, da comida, dos filhos e até do roçado. Quanto a isso afirma um assentado:

"As mulheres trabalham na parte agrícola, no roçado e ainda dentro de casa, então quer dizer o trabalho das mulheres está crescendo e crescendo muito, porque se você analisar elas tão provando sua capacidade de auto-sustentação e elas vêm provando isso no dia a dia, tem até algumas que saem, trabalham e o marido fica em casa e toma conta da casa, S... (ele se refere a uma assentada) é um caso aqui no assentamento e caso de destaque, faz tudo que os homens fazem com a maior facilidade do mundo e o que as mulheres fazem também". José

Como a mulher está presente em todos os âmbitos da produção e reprodução das atividades cotidianas do assentamento, seu trabalho tem sido mais visto e aceito em boa parte dos casos. Alguns homens reconhecem que as atividades domésticas têm um 'peso' também como qualquer trabalho. Veja o que esses dois casais disseram a esse respeito:

(...) "Em todo serviço que ele está no campo eu gosto de está. É no tijolo eu estou, eu corto tijolo, eu ajudo ele empilhar, todo serviço que ele está eu estou de dentro, eu gosto, eu num gosto de está dentro de casa, é muito ruim. Rose

(...) "Eu dou valor porque é o seguinte dentro de uma casa as vezes o homem faz devido a precisão, ela não estando, mas só quem sabe o peso de uma casa é uma mulher, o caba vá fazer que sabe o quanto é ruim, tem homem que é bocão, eu mesmo não sou não, tem hora que eu reclamo que ela quer fazer todo o serviço". Evaristo

(...) "Tem mulher que trabalha mais do que os homem". Selma.

(...) "Olhe, eu acho melhor está na mata derrubando um pau dessa grossura do que botar uma panela no fogo". Ronaldo

Em contrapartida, há também pessoas com discursos que revelam alguns preconceitos.

Quando interrogada sobre a **visibilidade do trabalho** das mulheres, uma assentada, liderança na comunidade, falou:

(...) "Pra muitos ele ainda não é reconhecido (o trabalho das mulheres). Eu acho que ainda tem aquele negócio assim, mulher é pra criar filhos e ficar pilotando fogão, né? Infelizmente aqui na área de assentamento, a conjuntura muda um pouco porque a gente trabalha muito a formação de gênero né? Então por mais que seja difícil e a gente ainda vive num país muito machista, mas a gente consegue devagarzinho, e muitas vezes com nosso exemplo mesmo, no dia-a-dia mostrando que somos capazes, a gente consegue botar um pouquinho na cabeça das pessoas, mas ainda é muito difícil, existe aquilo que..., não, só o homem pode, só o homem manda, e se você faz eu tenho que ditar regras como você fazer, limites, a gente enfrenta muito no dia-a-dia, em geral e em todo canto". **Lúcia**

Ela acrescentou:

"Veja só, é muito difícil a gente trabalhar o machismo na agricultura, porque é uma coisa que vem de geração em geração e pra você elevar um nível de consciência desses agricultores de que os direitos são iguais, que a mulher tem o mesmo direito que o homem, é uma coisa que não é do dia pra noite, então nós temos cinco anos de assentamento aqui, então pra o começo eu acho que a gente evoluiu quarenta por cento, mas elas estão se impondo mais, estão trabalhando mais, estão agarrando a luta com vontade mesmo e estão fazendo uma revolução de tal forma que estão trazendo os companheiro pra ela, estão mostrando aos companheiro a realidade. Apesar de ser muito difícil a gente vê que quarenta por cento das mulheres se impõe mesmo". **Lúcia**

No entanto, existem casos no assentamento em que as mulheres não têm consciência de sua importância e de seus direitos. Segundo uma assentada é muito difícil trabalhar com essas pessoas porque elas não se sentem seguras, não é nem a questão do marido e sim delas mesmas

que os consideram como senhores, de só irem para tal canto se ele mandar, de só fazerem as coisas se ele permitir.

De todos os assentados e assentadas que abordamos a importância da mulher, o único que não a vinculou ao trabalho que ela possa vir a desenvolver foi um assentado, quando reconheceu a importância de sua companheira em todos os âmbitos e segmentos e sua 'dependência' dela, pelo que esta faz e por quem é. Veja sua declaração:

"A mulher no assentamento é a coisa mais importante que tem e aqui sem ter mulher não tem futuro. É como um pau velho, o homem sozinho aqui é como pau velho seco lá dentro dos matos. É por que a mulher, como se diz, é a figura do homem, é o braço forte do homem e o homem é a garantia da mulher. (...) dar garantia a ela no que der e vier, no que ela precisar, é na doença, é na alegria, como se diz no casamento, é na tristeza, em tudo. Eu vou viver com ela pra não dar garantia a ela e num reconhecer os benefícios que ela faz por mim, pelo filho, pela casa e por tudo? A mulher é muito importante dentro do assentamento, em tudo. Aqui sem mulher não vai nada, sem essa *mulher* eu sou uma bandeira desastrada, rasgada, não vale nada, não tem valor pra nada. É meu braço forte, minha companheira". Silva

4.3 Da divisão de tarefas

Durante nossa permanência no assentamento, interrogamos os assentados sobre a divisão das tarefas e pudemos confirmar que na maioria dos casos cabe à mulher os trabalhos domésticos e o cuidado dos filhos, enquanto que ao homem, as atividades do roçado, embora em quase todos os casos a mulher também participe ativamente dessas atividades. Vimos que mesmo no discurso de algumas famílias que afirmam uma democratização das tarefas domésticas, constatamos uma significativa e expressiva divisão de tarefas segundo o gênero, segundo o que cada um representa

socialmente, ficando o homem com as tarefas que dependeriam de mais força, como as atividades agrícolas, consideradas "mais pesadas" como buscar água, lenha, etc e as mulheres as atividades consideradas "mais leves".

Certas atividades parecem estar relacionadas com o fato de se ser homem ou mulher. Um assentado, falando sobre sua esposa, que trabalha buscando lenha, água, cavando lerão, caçando, pescando e outros serviços, afirma:

(...) "É porque a mulher também ajuda a gente, a minha mesmo ajuda demais, ela é igual a um homem, corta lenha, faz tudo".
Dimas

A mulher, por ser considerada mais frágil e sensível, realiza determinadas tarefas, enquanto que o homem, até pela sua estrutura física, assume outras tarefas consideradas mais 'pesadas'. Um assentado relata:

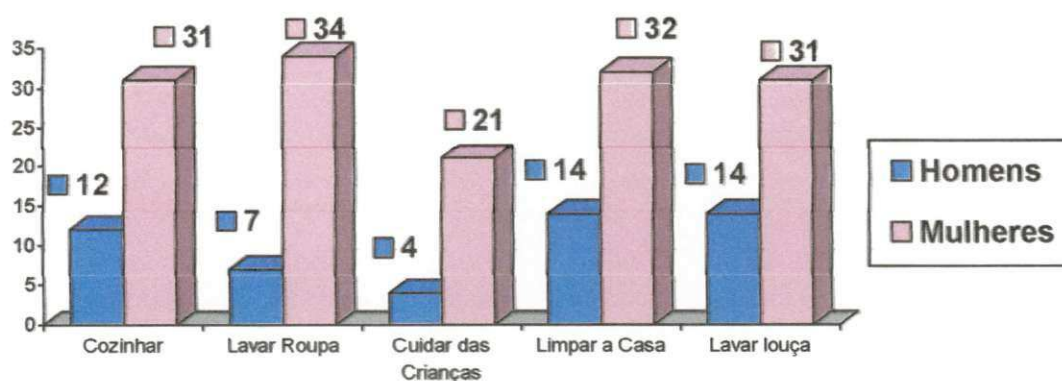
(...) "As mulheres em si são mais sensíveis que os homens, muitas vezes, porque o homem já tem aquela história dele ser grosso por nascença, né? Que não é verdade cem por cento, mas que o instinto masculino ele retrata isso, ser quem desenvolva uma maior massa muscular e que tenha, vamos dizer assim, mais força, né? Então eles se sentem dessa forma e as vezes acha que certas coisas não é coisa de homem. Por exemplo, quando você fala de galinhas, o pessoal (os homens) diz: não, dar comer a galinha é coisa de mulher, eu tenho que lutar com vaca porque é isso a impressão que o fazendeiro retratava né? O coronel retratava isso né? Então esse costume vem de..., a cultura era isso, e ela é proposital pra que aconteça dessa forma, pra que se reproduza, pra ter a submissão das companheiras. José

É a partir daí que podemos relacionar os papéis entre os gêneros a responsabilidade de realização de cada tarefa doméstica e agrícola.

4.3.1 Dos serviços domésticos

Em nossa entrevista, quando questionamos se existe tarefas de homem e de mulher quase todos diziam que não, que tudo era a mesma coisa, mas na prática confirmamos que são as mulheres que na maioria das vezes cuidam das tarefas da casa e os homens da agricultura e criação (ver fotos no fim do capítulo). Na casa de uma das lideranças do MST quando perguntamos sobre a responsabilidade de lavar louça - já que lá é um lugar estratégico para o encontro de reuniões para decisões dentro e fora do assentamento, e, que, portanto, sempre tem muitas pessoas - o discurso é de que cada um lava o seu prato, mas todas às vezes que chegamos lá (quase todas as vezes que fomos a campo) sempre observávamos que mesmo se revezando, eram as mulheres quem lavavam toda a louça, cozinhavam, limpavam a casa, lavavam roupa, colocavam comida para as galinhas, pintos e outras atividades semelhantes. Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 7 -Distribuição dos serviços domésticos no PA. José Antônio Eufrouzino



Fonte: Pesquisa de Campo.

4.3.1.1 Da responsabilidade da mulher com a casa e os filhos

Mesmo as mulheres que trabalham diretamente na agricultura, e principalmente as que ficam a maior parte do tempo em casa, a responsabilidade com o gerenciamento da casa e o cuidado com os filhos recai sobre a mulher, em todos os aspectos, na educação, saúde, disciplina, enfim em todos os cuidados que uma criança demanda; o pai participa muito pouco, ficando a cabo das mães mais essa tarefa. Isso é tão "naturalmente" aceito que as próprias mulheres tomam para si essa responsabilidade, seja conscientemente ou não, como se o filho fosse somente dela. Veja algumas opiniões masculina e feminina, respectivamente, sobre isso:

(...) "Ela também não pode sair como a gente, ela também não pode sair tendo filho. A gente pode chegar de seis hora e ir pro roçado, ou cinco e meia, a hora que quer, e ela não, tem que cuidar em moleque, tem que fazer isso, trocar uma roupa né? Mas ela só pode ir depois de cuidar de tudo isso". **Sílvio**

"Educar, criar, exemplar, dividir, é muito grande a responsabilidade de uma mulher em tudo, não só com os filhos, mas é mais tarefa da mulher" (...). **Maria**

Em alguns casos há o reconhecimento de que a responsabilidade dos filhos cabe aos dois, embora na prática somente fique por conta da mulher. Veja essas opiniões, as duas primeiras masculina e a última feminina, respectivamente, sobre isso:

"É um dever dos dois, mas é mais a mulher que toma conta, tem homem que toma conta igual a mãe, mas tem uns que não tem prática pra fazer os serviço, fazer o mingau, trocar fralda, essas coisa". **Lúcia**

"É importante os dois né? Porque se a mãe cuida dos filhos, mas o pai também tem que dá uma disciplina, aconselhar por uma coisa errada que o filho faz, porque a voz do pai é mais alta do que a mãe, o filho obedece mais pelo pai do que pela mãe, não é isso? A mãe encobre muitas coisas e pai não, o defeito dos filhos o pai não encobre muito e a mãe às vezes defende um pouquinho né? Porque é mãe, mãe é mãe, né isso?" Mércia

"Eu sendo mãe a responsabilidade é mais do que a dele. Porque eu sou mãe e cuido dia a dia do filho mais do que ele, ele é pai, as responsabilidades também são iguais, mas eu acho que da mãe é mais". Cláudia

Com estes depoimentos e nossa observação lá pudemos constatar que a criação dos filhos geralmente é mais uma tarefa da mulher, embora em alguns discursos, os homens reconhecem que este é um cuidado que deve ser de responsabilidade dos pais, na prática, claramente são as mães que cuidam da criação dos filhos. Com essa última fala (acima) de um assentado, percebemos que a principal função do pai é disciplinar, normalmente os demais aspectos que compõe a 'formação' da criança cabe a mãe.

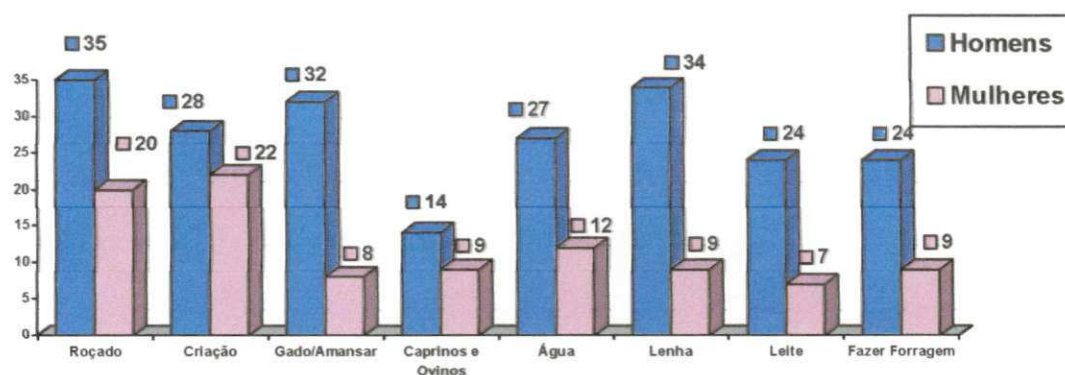
4.3.2 Dos serviços agrícolas

Os dados do gráfico 8, a seguir, nos permite constatar a divisão sexual de tarefas segundo os papéis que os gêneros assumem no assentamento, coletados com 38 famílias assentadas. Quanto as atividades referentes aos serviços agrícolas cabem aos homens cuidar e amansar os animais de maior porte como o gado, o jumento, buscar estacas para cercar o lote e/ou fazer cercados para o animais e para a pastagem deles, chiqueiros, fazer forragem com palmas, cascas de milho, etc, para os dias de estiagens, tirar leite e trabalhar de forma mais intensa no roçado,

ficando para a mulher a responsabilidade com os animais de menor porte e o auxílio nas demais atividades do roçado e da criação de caprinos e ovinos.

Essas diferenciações demonstram que a concepção de força e virilidade está associada ao homem, além de que os homens que realizam atividades domésticas o fazem porque moram sozinhos, ou pelo fato de que suas companheiras passam a maior parte do tempo fora do assentamento. Por isso, eles cozinham, lavam louça, roupa e outras atividades (refiro-me aos dados do gráfico 7 acima). Vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico 8 -Distribuição dos serviços agrícolas no PA. José Antônio Eufrouzino



Fonte: Pesquisa de Campo.

Mesmo que não predominantemente, as mulheres têm uma significativa participação nas atividades agrícolas, principalmente no que tange ao trabalho na criação e no roçado.

4.4 Da relação da mulher com a terra

Por estar num período de estruturação, o assentamento tem uma peculiaridade: algumas mulheres não têm uma vivência cotidiana lá, visitam seus maridos regularmente; logo esse fator restringe um pouco nossa análise de acesso e manejo da terra dessas mulheres, pelo menos por enquanto.

Neste sentido, a relação da mulher com a terra muda bastante de perspectiva. Pode ser vista como harmônica, positiva já que para algumas mulheres morar no assentamento é tudo que ela sempre quis e pediu a Deus, enquanto que para outras, não lhe resta outra opção por causa do companheiro, para não se separar dele. Assim, algumas mulheres se relacionam muito bem com a agricultura, trabalham direta e intensivamente com o plantio, a colheita, contudo, outras nem sequer trabalham na agricultura, se reservam ao direito de realizar mais as tarefas diretas da casa e indiretas do lote e da criação de alguns animais. Veja algumas falas que expressam satisfação e insatisfação na relação da mulher com a terra, respectivamente:

"Pra mim é ótimo, pra mim eu acho bom. Eu não acho pesado não porque eu desde pequena que eu fui criada assim, meu pai me ensinou a limpar mato, ensinou plantar, assim..., só não ensinou serviço pesado como cavar lerão, mas esses outros serviços eu sempre estava com meu pai trabalhando, plantando, plantava feijão de ganho, todo canto eu trabalhava". Marinalva

"Eu me sinto assim que a relação de eu com a terra eu me sinto bem, porque eu ando em cima dela, a natureza me faz bem, assim o friozinho da manhã quando eu me levanto eu me sinto bem, assim eu digo obrigado meu Pai, por isso que eu estou aqui, eu estou tranqüila, estou satisfeita, por o que a gente passa mais..., a mesma hora se sente muito bem, eu me sinto muito bem até, eu me sinto mais bem de que o luxo na rua porque pra mim Campina Grande só tem luxo, né? E na terra a gente está a vontade se sente bem a vontade, uma coisa gostosa. (...) eu não quero Campina Grande, nem que uma pessoa me dê prata de ouro. Nunca mais, eu só saio daqui agora quando sai no caixão, com fé em Deus, com certeza". Maria

"Pela minha parte eu mesmo não acho ruim não, eu acho bom. Eu sou mais trabalhar assim na agricultura do que próprio dentro de casa. Eu sou o contrário das mulheres, eu sou mais está dentro dos mato trabalhando do que está dentro de casa, com os bicho eu tiro de letra, com tudo, do mesmo jeitinho". Rose

"Eu mesmo acho bom demais, logo que dá saúde, a gente lutar com a natureza, com a terra e saúde, faz bem pra saúde, é. Eu num acho pesado não, tem mulheres que acham, quando chegam em casa é: ai, meu Deus, estou com minha coluna que não agüento, graças a Deus estou com 63 anos, não sei o que é dor de coluna, a não ser problema de nervo que quando eu estou meio atacada, mas também não prejudica ninguém não, só é a dor de cabeça. Me sinto bem de trabalhar; de plantar, de colher, ave Maria, é muito gratificante, demais". Lourdes

"Pra mulher é mais difícil né? Tem que está ali pra ajudar, tem".
que..., é pesado". Mércia

"Eu acho que os serviço no campo é pesado pra mulher, olhe, enxada, só ficou pra o homem mesmo. A mulher trabalha, trabalha porque quer ajudar uma coisinha, né? Mas né de futuro não".
Cláudia

Esses depoimentos expressam que o grau de satisfação de vida no assentamento está intimamente ligado com a relação da mulher com a terra. Observamos que as mulheres que desde criança foram criadas no trabalho da agricultura com seus pais, vêem o cotidiano de lida com a terra no assentamento, numa perspectiva prazerosa, enquanto que as mulheres criadas na cidade tendem a ver as atividades da agricultura e criação já numa perspectiva negativa, que exige desprendimento e renúncia de uma qualidade de vida mais prática e moderna, típica da cidade, como melhor acesso a energia elétrica, a educação, transporte, saúde, o uso de eletrodomésticos etc. A partir daí, constatamos uma não- identificação da mulher com a natureza, ela não tem um

vínculo conservacionista para com a terra, porque não se interessa em trabalhar nela, seu vínculo é maior com a cidade e seu envolvimento está nesse espaço fora do assentamento.

Em contrapartida, há alguns casos de identificação das próprias mulheres com a natureza e desta como um bem que traz sustento para sua subsistência e que por isso faz parte da sua vida.

"Eu acho uma relação assim, como é que posso te dizer, quase única, porque da terra nós tiramos nossos frutos, costumamos chamar mãe terra, e a mulher não é muito diferente, também estamos aí gerando nossos frutos e tentando conciliar uma coisa com outra, tentando buscar nossos direitos, nosso respeito, nossos deveres e tentamos também implantar isso pra mãe terra também, que infelizmente ela é desrespeitada, todos os dias, todo momento. Eu acho muito parecida a mãe terra com a mulher, digamos que sejam duas sofredoras". Lúcia

"Eu gosto da terra, a terra é boa pra tudo, a gente planta, a gente cria um bicho na terra, a gente faz tudo na terra né? Sem a terra a gente não tem nada né?". Maria

Principalmente a partir da fala da primeira assentada, podemos destacar uma perspectiva diferenciada da mulher com a natureza, fundada no que chamamos de "naturalização" da mulher e uma "feminização" da natureza. Constatamos que as mulheres que têm um vínculo com a vida no assentamento e que lidam diretamente com a terra se envolvem tanto com ela, principalmente pelo fato desta oferecer sustento, a ponto de estabelecerem uma relação afetiva, que, portanto, deve ser respeitada, protegida e conservada. É o que Rocheleau, Thomas-Slayter e Wangari (1996) afirmam, que podemos identificar pelo menos cinco diferentes perspectivas que relacionam mulher e natureza: o Ecofeminismo que estabelece estreita relação entre mulheres e natureza baseadas numa história compartilhada de opressão pelas instituições patriarcais e pela dominante cultura ocidental, bem como pela identificação positiva das mulheres com a natureza;

o Ambientalismo feminista, que enfatiza o interesse de gênero sobre recursos naturais e processos ecológicos particulares com base no distinto trabalho cotidiano e responsabilidades diárias; o Feminismo socialista, que tem focado a incorporação do gênero na economia política, e usado conceitos de produção e reprodução para delinear papéis de homens e mulheres nos sistemas econômicos. Identifica a mulher e o meio ambiente com papéis reprodutivos nas economias de desenvolvimento desigual e compartilham com ecofeministas a percepção, influenciada pela biologia, das mulheres como 'criadoras', férteis, aquelas que nutrem, assim como a terra; o Feminismo pós-estruturalista, que se interessa pela experiência ambiental de gênero como uma manifestação de conhecimentos situados, formados por muitas dimensões de identidade e diferença, incluindo gênero, classe, raça, idade, etnicidade, entre outros e Ambientalistas, que passaram a trabalhar gênero dentro de uma perspectiva do feminismo liberal, tomando as mulheres como participantes e parceiras na proteção ambiental e nos programas de conservação.

4.5 Da participação da mulher nas decisões domésticas e do assentamento

No assentamento, nota-se uma significativa participação e articulação das mulheres não só no tocante ao trabalho, mas nas decisões dentro do espaço privado da casa, do lote e até quanto à organização espacial, geográfica e política do assentamento. Na ausência do homem, a mulher assume todas as atividades e cuidados, desde o espaço doméstico à produção e comercialização:

"Na verdade a gente sempre se aproveita do marido as vezes, mas não tem isso não, já peguei na enxada muitas vezes, já cavei lerão, cuido dos bichos, quando ele sai quem toma conta do roçado sou eu, só nunca amansei um boi, porque aí num tenho força, e nunca tive o atrevimento de enfrentar a fera, mas, se for preciso eu vou". Lúcia.

"Participo na casa e no assentamento também. Na prática as mulheres na área aqui do assentamento estão evoluindo, digamos que devagarzinho estão tendo consciência dos seus direitos, seus deveres e estão indo buscar". Nadja

Isso demonstra a multiforme capacidade feminina. Muito embora constatamos casos de divisão de espaços dentro da própria casa, como se só ao homem coubesse as decisões e participações finais. Normalmente se usa um discurso falso e sutil de que homens e mulheres têm igual importância, 'são iguais':

(...) "Tem muito homem que quer ser autoritário: a mulher só presta pra está na cozinha, eu acho isso diferença, eu acho muito difícil essa palavra, entendeu? Acho muito difícil mesmo, porquê? A mulher deve ser igual, o homem deve ser igual a mulher, não em tudo, porque tem coisa que o homem faz que a mulher não pode fazer. (...) o homem sai de casa e passa dois, três dias fora, já a mulher não pode fazer isso, entendeu? Mas sobre os serviços de casa, eu acho que era pra ser tudo igual, porque tem muitos homem aqui mesmo que diz assim: não, a mulher manda da porta do meio pra lá e eu mando pra cá. Aqui dentro do assentamento, tem homem que acha que a mulher tem obrigação, quer dizer, ele usa a mulher como objeto". José

"A gente só faz as coisas aqui tudo combinado, muitas vezes tem amigo meu que diz: rapaz tu deixa tua mulher..., tua mulher manda em tu, eu digo: não, eu gosto de fazer as coisas combinadas porque pode chegar até mais na frente a gente chegar se arrepender de alguma coisa que a gente fez, mas a gente fez junto". Dimas

4.6 Da participação da mulher na luta política

O MST tem sido mais um lugar conquistado por mulheres, que tem tido a consciência de sua importância como sujeitas da história e como importante engrenagem na conquista de seus direitos e na luta pela terra. No assentamento José Antônio Eufrouzino não é diferente, pelo

contrário, as mulheres constituem parte da liderança do assentamento via MST e a maioria participa sim das reivindicações, desde as reuniões até as marchas.

" A mulher também participa. Vai sim pras lutas, as mulheres são guerreiras também"... Lúcia

"Com certeza eu sou do MST. Qualquer briga eu estou no meio também, pode ser pra quebrar rancho, pode ser o que for, a gente vai embora. Vou, não quero nem saber, é, é pra lutar pra ficar eu vou também". Maria

Algumas mulheres não participam devido sua ausência no cotidiano do assentamento. Em nossa entrevista, quando indagamos a participação de uma assentada ela demonstrou sua não participação nas reuniões do MST devido permanecer mais tempo em Campina Grande do que lá.

"Não, eu nunca fui não porque nunca chegou a oportunidade de eu ir não, porque quando tem as reunião eu não estou aqui que eu passo o fim de semana na minha casa em Campina Grande, que eu só venho pra cá de segunda em diante. Que as vez acontece de eu está em Campina aí tem a reunião e eu não estou". Cláudia

Questionamos o lugar da mulher quanto a sua militância dentro do assentamento nas reuniões de assembléia, tanto as dos grupos quanto as gerais e constatamos uma expressiva quantidade de mulheres envolvidas diretamente: é uma mulher que preside o assentamento, os setores de educação e saúde são de responsabilidades de outras; enfim, as respostas de homens e mulheres, na maioria dos casos, foi de que a mulher pode e tem participado ativamente da militância do MST, algumas até mais do que os próprios homens.

"Pra as reuniões sempre vai mais mulher do que homem. As mulheres participam a maior parte, a força da reunião aqui, a coordenação é mais mulher, tesoureira, é mais mulher, presidente, bem dizer é mais mulher é quem está mais tomando a frente, mais do que os homens. O caba aqui não teve coragem de assumir a presidência, aí (...) foi e assumiu, porque não pode ficar direto um presidente só, tem de ir mudando, aí (...) foi e assumiu". Ronaldo

Segundo a vice-presidente, o lugar da mulher nos espaços da casa, do assentamento e no MST não se dá muitas vezes de forma pacífica, mas as mulheres precisam se impor para assegurar que seus direitos sejam iguais na prática. Ela demonstra isso quando se refere ao seu caso com seu companheiro.

"No meu ponto de vista é assim: ela participa, se ela tomar atitude, agora se ela não tomar atitude, muitas vezes aqui dentro do assentamento eu vejo que só o homem decide, no meu caso mesmo se eu deixar, ele só é quem vai decidir, agora eu me imponho, porque é aquela coisa: direitos iguais. (...) No começo ele dizia: só eu que tem que..., mulher não tem que está envolvida, eu digo: não, vamos conversar porque não é bem por aí, porque se você trabalha eu também trabalho, se você luta no roçado então..., você não pode..., eu sair e você fazer um negócio sozinho, você tem que ter minha decisão também, aí eu fui acostumando ele porque ele não era bem assim, agora ele está bem melhor". Nadja

As mulheres que militam atualmente no assentamento, principalmente via MST, realizam uma luta pela terra e uma luta pela construção de novas relações de gênero, tanto no espaço privado da casa, quanto no público, nas decisões que envolvem o assentamento. As diferenças nessas relações existem dentro do MST, e a formação do coletivo de gênero veio justamente

como um espaço onde se possa discutir, avaliar e elencar propostas e ações cujo objetivo é a formação e conscientização de homens e mulheres. Embora o machismo que atinge algumas mulheres tenham-nas impedido de terem uma visão de seu potencial militante, podemos destacar a participação da mulher nos diversos processos e/ou desenvolvimentos das atividades nas esferas produtivas e organizativas do assentamento.

Fotos



Foto 5 – Família assentada na colheita da batata doce – 2005

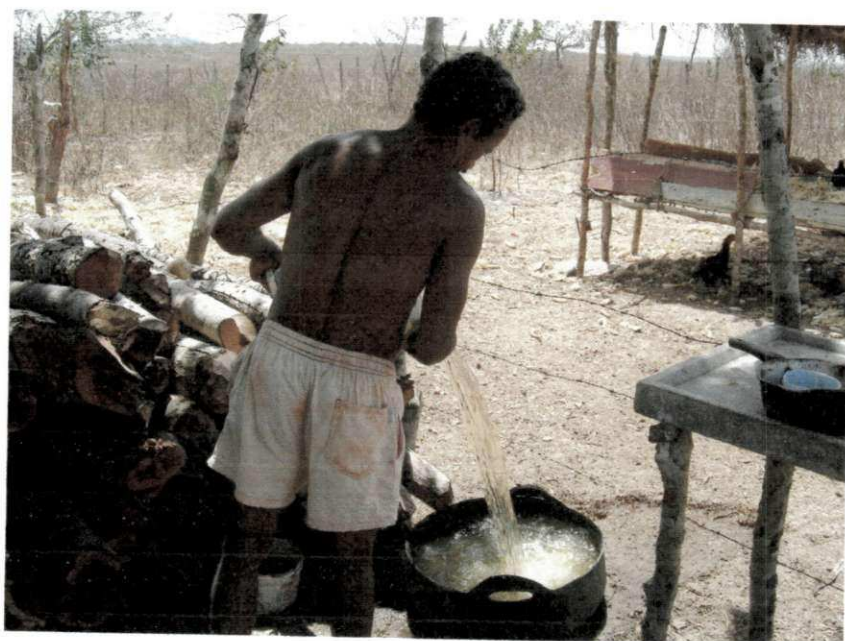


Foto 6 – Assentado colocando água para os animais – 2005



Foto 7 – Assentado cortando palma para os animais – 2005



Foto 8 – Assentado na lida com o gado – 2005



Foto 9 – Assentado na lida com a Mamona – 2005



Foto 10 – Assentada no trabalho doméstico (lavando a louça) – 2005



Foto 11 – Assentada no trabalho doméstico (secando a louça) – 2005

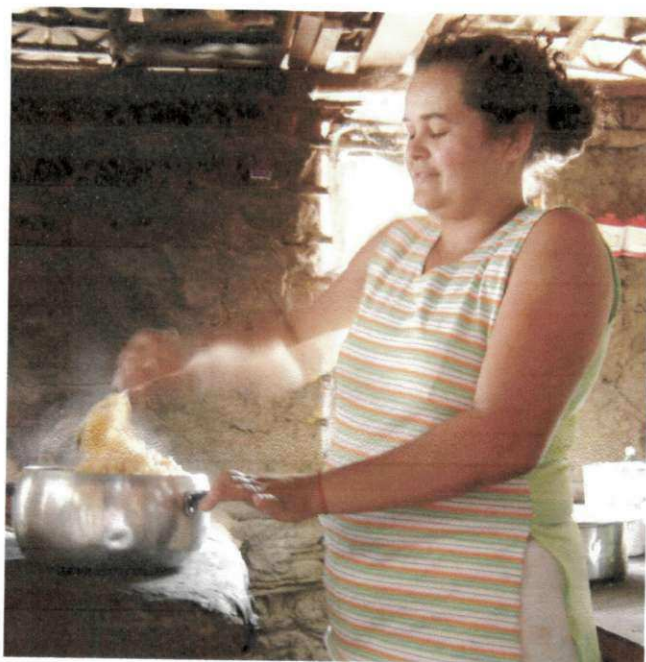


Foto 12 – Assentada no trabalho doméstico (preparando a comida) – 2005

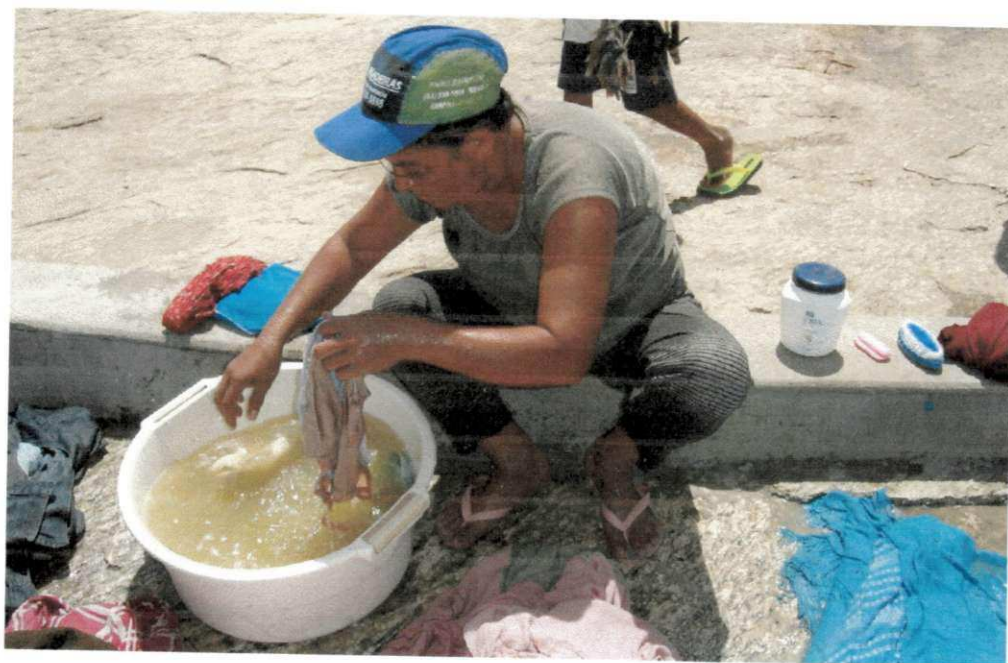


Foto 13 – Assentada lavando roupas – 2005

Considerações Finais

A realização deste trabalho foi imprescindível para a averiguação de como se relacionam os homens e mulheres nesse novo espaço de organização e estruturação de tarefas que são os projetos de assentamentos de reforma agrária. Vamos a campo cheios de teorias e hipóteses, mas nosso contato lá nos possibilita apreendermos apenas uma parte da realidade de organização do assentamento.

Nos baseamos em muitas contribuições de autoras e autores que abordam as desigualdades entre os gêneros, a (in)visibilidade da mulher e a sua ligação aos afazeres domésticos, secundários e privados. No entanto, o que constatamos foi um universo de realidades distintas que encaixam a mulher sob diferentes perspectivas, até por que muitas pessoas do assentamento são oriundas de áreas urbanas principalmente de áreas periféricas de Campina Grande. Constatamos que no assentamento não há uma maior identificação da mulher com a natureza, pois são os homens que realizam a maior parte das atividades agrícolas e também devido ao fato de muitas mulheres estarem vinculadas a cidade.

Nos deparamos com mulheres menos atuantes e dependentes do marido, mulheres chefes de família, mulheres menos dependentes do marido e mulheres politicamente ativas nas discussões das reuniões e assembléias etc. Ou seja, a delimitação das atividades a partir dos papéis sociais está relacionada com o estilo de vida urbano nesse novo contexto de organização do assentamento. Isso não significa que nesse novo espaço, que é o assentamento, se repetem as vivências anteriores, porém, que esses papéis se reestruturam nos padrões da realidade contextual. A partir daí, destaca-se a perspectiva de Strauss (1999), que elabora uma noção de

identidade dinâmica associada ao desempenho de diferentes papéis articulados a experiências específicas de vivências em mundos sociais particulares. Rejeitamos uma visão estática de identidade, estabelecendo relações relevantes entre os diferentes atores e processos sociais.

No assentamento pudemos observar que na maioria dos casos a lida com a terra é tarefa de homens. Embora atividades como cultivo da horta, cuidado com a criação de animais de pequeno porte como galinhas, porcos e afazeres domésticos têm sido delegados principalmente às mulheres; vimos também casos em que a mulher participa de todo processo de plantação e colheita etc. Algumas atividades foram atribuídas aos homens como o plantio, colheita e alguns serviços considerados mais 'pesados': a busca da água (já que o assentamento não possui água encanada) e da lenha, embora algumas mulheres também participam dessas atividades.

São a partir dessas constatações que pudemos esclarecer como na prática as mulheres estão se articulando, com sua participação enquanto esposa, assentada e militante do MST, não de forma tão passiva e invisível, dela nunca poder ser dona do lote, da terra, da produção rural, mas num momento de ascendência, de construção da consciência de sua importância em todos os setores da sociedade. Talvez os discursos de vulnerabilidade da mulher e invisibilidade do seu trabalho estejam começando a ser superados, visto que na prática cotidiana temos observado que as coisas estão mudando e que as problemáticas de gênero têm sido discutidas cada vez mais e que as mulheres têm participado politicamente de forma ativa tanto nas esferas do privado como do público.

Através do trabalho de campo temos percebido algumas iniciativas do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) para discutir as ações organizativas e produtivas do assentamento via Setor de Gênero. Esse setor não tem somente incluído as discussões que envolvem a mulher, mas questionado práticas de desigualdades entre homens e mulheres que implicam numa não participação destas desde o processo de luta até a organização da vida rural no assentamento. Por

isso, esse setor, mobilizado pelo MST, tem trabalhado para uma conscientização dos direitos e deveres das mulheres, para que estas possam exercer sua cidadania, estando inclusas em todo o processo que envolve a conquista da terra.

Partindo desses questionamentos buscamos nesse trabalho investigar as transformações nos papéis sociais de gênero no contexto do Assentamento José Antônio Eufrouzino, localizado no município de Campina Grande/PB. O estudo priorizou a análise da vivência no assentamento e a constituição do trabalho e dos espaços que os homens e as mulheres têm, bem como as relações que estes estabelecem com a terra e a vida cotidiana no campo.

Em relação ao que pudemos observar no assentamento, vimos que na prática, apesar de homens e mulheres ainda estarem relacionados a papéis e tarefas tradicionais, podemos visualizar mudanças significativas em relação à participação da mulher no processo organizativo do assentamento, a começar pelos cargos de presidência e vice-presidência ocupados por estas, dos espaços que elas têm alcançado dentro do assentamento, a forma como elas estão sendo vistas e como se vêem, capazes de militar por qualquer objetivo, que suas diferenças em relação aos homens não significam inferioridade (Barbieri, 1993; Safiotti, 1985). Por isso, a nossa tentativa de ‘desnaturalizar’ qualquer visão que implique numa relação da mulher vinculada a passividade, subordinação, fragilidade, sensibilidade e vitimização da dominação masculina.

Pensar na relação da mulher com a terra é compreender suas vivências cotidianas; a partir dessa experiência pudemos desmistificar essa visão reducionista de passividade e invisibilidade da mulher na comunidade/sociedade em que vive. Embora no assentamento existam alguns casos em que a ‘dominação’ masculina prevalece, isso não vale para todas, nem se articula em todas as áreas na relação do casal, pois mesmo os papéis sociais sendo bem definidos e havendo a predominância do machismo, criam-se tensões porque na relação homem-mulher, não podemos apontar um que ‘domina’ e outro que é ‘dominado’, já que algumas mulheres resistem a essa

posição de subordinação e passividade. Por isso, podemos destacar que a mulher do campo tem lutado e conseguido também o seu espaço, tanto concretamente como em nível de discussões das problemáticas que envolvem como militantes do MST, PRONAF e tantos outros.

As mulheres assentadas também no contexto de nossa pesquisa têm sido incentivadas a conhecer, exercer e exigir seus direitos e deveres. Essa é uma problemática que tem sido trabalhada na prática para que as mulheres se conscientizem de que são capazes de participar de todas as instâncias da vida no assentamento. A partir da implementação dos direitos da mulher, segundo o coletivo de gênero, observa-se que elas já começaram a ver que têm um papel na sociedade não somente de reprodutoras de filhos, mas também reprodutoras de valores, e que podem, por intermédio da união, mostrar a sociedade que também são produtoras.

É preciso ir além da perspectiva romântica que relaciona mulher-terra, mulher-natureza e pensarmos em termos mais amplos, a partir das contribuições da ecologia política partindo dos questionamentos levantados na observação das relações entre meio ambiente e processos sócio-econômicos. Já que um dos fundamentos da ecologia política está relacionado ao uso humano dos recursos naturais (Cunha, 2004).

A ecologia política vem questionar a condição do 'ser', do 'agir', a partir dos diferentes atores e grupos sociais. Ela não só se preocupa na abordagem de conflitos de distribuição ecológica, mas principalmente na compreensão das relações de poder entre as pessoas. É nessa abordagem que se inclui a perspectiva da ecologia política feminista, que propõe debater a problemática de gênero, levando em conta os comportamentos dos homens e mulheres em relação ao uso dos recursos naturais; numa prática político-ecológica a partir dos diferentes papéis sociais que cada sociedade atribui ao masculino e feminino.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. M. G. (1994). "Desenvolvimento ecologicamente auto-sustentável: conceitos, princípios e implicações". Revista Humanidades. Ed. UNB.N.04. Vol. 10.

ANNAS, J. (1993). "Mulheres e a Qualidade de vida: Duas normas ou uma?" Revistas: Estudos Feministas. Lua Nova. N 31. Pp. 135-155.

BARBIERI, J. C. (1997). "Desenvolvimento e Meio Ambiente". As estratégias de Mudanças na Agenda 21. Petrópolis – Rio de Janeiro. Vozes.

BARBIERI, T. (1993). Sobre a categoria Gênero: Uma Introdução Teórico-Metodológica. Recife. Edição SOS Corpo.

BIUSTER, J. B. (1996). Spanish Women Against Industrial Waste. A gender perspective on environmental grassroots movements. In: ROCHELEAU; D., SLAYTER; B. T. and WANGARI; E., Feminist Political Ecology global issues and local experiences. New York. London and New York.

BRUSCHINI, M. C. A. (1990) Mulher, casa e família: Cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo, Vértice.

BOFF, L. (1995). "Princípio Tema: à volta a terra como pátria comum". São Paulo. Ática.

_____. (2000). O Resgate do Princípio Feminino. In: A Voz do Arco Íris. Brasília. Letraviva.

CALIÓ, S. A. e LOPES, M. M. (1992.) "As mulheres e o Meio Ambiente Urbano". CIM (Centro de Informação da Mulher); CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação).

CEBOTAREV, E. A. (1977). *A Organização do tempo de atividades domésticas e não-domésticas de mulheres camponesas na América Latina*.

CORREA, S. (1993). *Ecos e Significados da Presença e Intervenção das Mulheres na Eco-92*. In: Proposta nº 56. Rio de Janeiro. FASE, março.

CUNHA, L. H. (1997). *Vulnerabilidade à Seca e Sustentabilidade nos Assentamentos de Reforma Agrária do Semi-árido Nordeste*. Campina Grande. Dissertação de Mestrado, mimeo.

_____ (1998). *Transformações na várzea do baixo Amazonas e condição de vida das mulheres*. Projeto de Pesquisa para disciplina Antropologia Social: Mulher, Relações de Gênero e Desenvolvimento. Belém: mimeo.

_____ (2002). *Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia: arranjos institucionais e mediação externa*. Belém: NAEA/UFPA, tese de doutorado, mimeo.

_____ (2004). Da "Tragédia dos Comuns" à Ecologia Política: Perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. *Revista Raízes (Revista de Ciências Sociais e Econômicas)*. Vol. 23, nº 01 e 02- Jan-Dez.

CUNHA, L. H. e COELHO, M. C. N. (2003). *Política e gestão ambiental*. In: Cunha e Guerra (orgs.), *A Questão Ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

DAVIDSON, J. (1993). *Women's relationship with the environment*. In: *Women Environment. Focus on Gender*. Vol.1(01): 5-10. February.

DEM, M. (1993) *Sustainable development women as partners*. In: *Women Environment. Focus on Gender*. Vol.1(01): 14-18.

DESCOLA, P. (1997). Ecologia e Cosmologia. In: CASTRO, Edna e PINTON, Florence (Org), Faces do Trópico Úmido. Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Belém. Editora Cejup.

DI CIOMMO, R. C. (1999.) Ecofeminismo e Educação Ambiental. São Paulo. UNIUBE.

DUQUE, G.(2002). Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento: mapeando questões específicas do rural e do urbano. In: Duque (org), Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ensaios e Pesquisas em Sociologia Rural. João Pessoa. Ed. Universitária / UFPB.

_____.(2003). Agricultura Familiar: Cidadania e Sustentabilidade no Semi-árido.

FIÚZA, A L C. (2001). Mulheres nas Políticas de Desenvolvimento Sustentável In: BRUSCHINI; Cristina e PINTO; Célia Regina, (Org).Tempos e Lugares de Gênero. São Paulo. Ed. 34. Fund. Carlos Chagas.

FONSECA, C. (1996). Uma Genealogia do “Gênero”. In: SCOTT, Russell Parry (Org.) Pesquisando Gênero e Família. Revista de Antropologia. UFPE. Vol. 1, Nº 2.

FRANCO, G. e M. THOMAZ JUNIOR, A. (2002). Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (27).

FISCHER, I. R. e MELO, L. A. (1996). O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola. Recife, Massangana.

HARDIN, G. (2002). La tragedia de los bienes comunes. In: Smith e Pinedo (eds.), El cuidado de los bienes communes. Lima. Instituto Del Bien Comum; Instituto de Estudios Peruanos.

HARNMEIJER, J. and BAYER, A. W. (1993). Environmental change and quality of life. In: Women Environment. Focus on Gender. Vol.1(01): 11-13. February.

HENRY, A. (1999). "A Construção da Sustentabilidade - uma perspectiva democrática". Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, N.5). Rio de Janeiro.

KARTCHEVSKY- BULPORT .(1989.) O Sexo do Trabalho. Paz e Terra.

LEFF, E. (2003). La Ecología Política en América Latina: un campo en construcción. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade. Sociedade e Estado. Brasília, UNB, v. 18. Pp. 17-40.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M. e CINTRÃO, R. (2004). Impactos dos Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro. Brasília. NEAD.

MEHTA, L., LEACH, M., NEWELL., P. e SCOONES, I. (2002). Explorando conocimientos sobre instituciones e incertidumbre : nuevas direcciones en el manejo de recursos naturales . In: Smith e Pinedo (eds.), El cuidado de los bienes communes. Lima. Instituto Del Bien Comum; Instituto de Estudios Peruanos.

MENDES, M. A.; (2002). Estudos Feministas: Entre perspectivas modernas e pós modernas. In: Caderno de Estudos Sociais. Recife. Vol. 18, nº 2. Julho / Dezembro.

MIES, M. e VANDANA; S. (1993). Ecofeminism. New Jersey. Zed Books.

MILLER, V., H.; M. and QUASS; S. (1996). Feminist Politics and Environmental Justice. In: ROCHELEAU; D., SLAYTER; B. T. and WANGARI; E., Feminist, Political Ecology global issues and local experiences. New York. London and New York.

- MORAES, A. C. R. (1997). *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo. Hucitec
- MORIN, E. (1997). Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, E. e PINTON, F. (Org), *Faces do Trópico Úmido. Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Belém. Editora Cejup.
- NICHOLSON, S. (1993.). *Resgatando o Princípio Feminino*. In: *O Novo Despertar da Deusa*. Coleção Arco do Tempo. Rio de Janeiro. Rocco.
- NUNES, A. M. B. (2005) “Manejo e conservação de recursos comuns, desempenho institucional e implementação dos planos de desenvolvimento em assentamentos do semi-árido nordestino”. Relatório final do PIBIC/CNPq/UFCG.
- OLIVEIRA, M. S. & DUQUE, G. (2002). Trabalho ou Ajuda? O duro cotidiano das mulheres do Quandú. In: *Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ensaio e Pesquisas em Sociologia Rural*. João Pessoa. Ed. Universitária / UFPB.
- OLSON, M. (1999) *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EDUSP.
- OSTROM, E. (2002). Reformulando los bienes communes. In: Smith e Pinedo (eds.), *El cuidado de los bienes communes*. Lima. Instituto Del Bien Comum; Instituto de Estudios Peruanos
- PESSOA, D. (Coord.) (1990) *Política fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos*. Recife: Massangana.
- PINTO, C. R. (1992) Movimentos Sociais: espaços privilegiados a mulher enquanto sujeito político. In COSTA, A. & BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 127-150.

- RAGO, M. (1996). E se Nietzsche tivesse razão? A Categoria do Gênero no Pós estruturalismo. In: SCAVONE, L. Tecnologias Reprodutivas: gênero e ciência. São Paulo. Universidade Estadual Paulista.
- ROCHELEAU, D., THOMAS-SLAYTER; B. and WANGARI; E. (1996). Feminist Political Ecology global issues and local experiences. New York. London and New York.
- ROSALDO, M. Z. (1994). O uso e abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Revistas Horizontes Antropológicos*. Pp.11-36
- RUA, M.G. e ABRAMOVAY, M. (2000) *Companheiras de luta ou "coordenadoras de Panelas"*. Brasília: UNESCO.
- SAFIOTTI, H. (1985). Feminismo como una nueva óptica científico- política. In: *Encuentro sobre la Deuda Externa de América Latina y el Caribe*. Havana, Julho. PE / IICA.
- _____. (1992). Rearticulando Gênero e Classe Social. In: BRUSCHINI, C. & COSTA, A. O. (Orgs) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, FCC. Pp. 183-215.
- SCOTT, J. (1986). Gênero: uma categoria relacional. *Revista Histórico- americana*.
- SILVA, R. M. A. (2003). Entre Dois Paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. In: *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade. Sociedade e Estado*. Brasília, UNB, v. 18. Pp. 361-382.
- STRAUSS, A. L. (1999) *Espelhos e Máscaras: A Busca de Identidade*. Sao Paulo. Edusp.
- TOLBA, M. K. (1980) "Los Actuales Estilos de Desarrollo y los Problemas del Medio Ambiente". *Revista de La CEPAL*; Diciembre. Pp. 9-53.

VARGAS, G. M. (2003). Natureza e Ciências Sociais. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade. Sociedade e Estado. Brasília, UNB, v. 18. Pp. 137-154.

VEIGA, J. E. (1993.). "A Insustentável Utopia do Desenvolvimento". Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. São Paulo. Ed. Anput e Hucitec. Pp.149-167

WANGARI, E., THOMAS-SLAYTER, B. e ROCHELAU, D. (1996). Gendered visions for survival: semi-arid regions in Kenya. In: Rochelau, Thomas- Slayter e Wangari (orgs.), Feminist political ecology: global issues and local experiences. London: Routledge.

Outras fontes: Site do MST: www.mst.org.br/setores/genero

Site do Incra: www.incra.gov.br

Site do Ministério do Desenvolvimento: www.mda.gov.br

www.mre.gov.br

Anexos

Fotos



Foto 14 – Assembléia com técnicos do INCRA para definição dos lotes – 2005

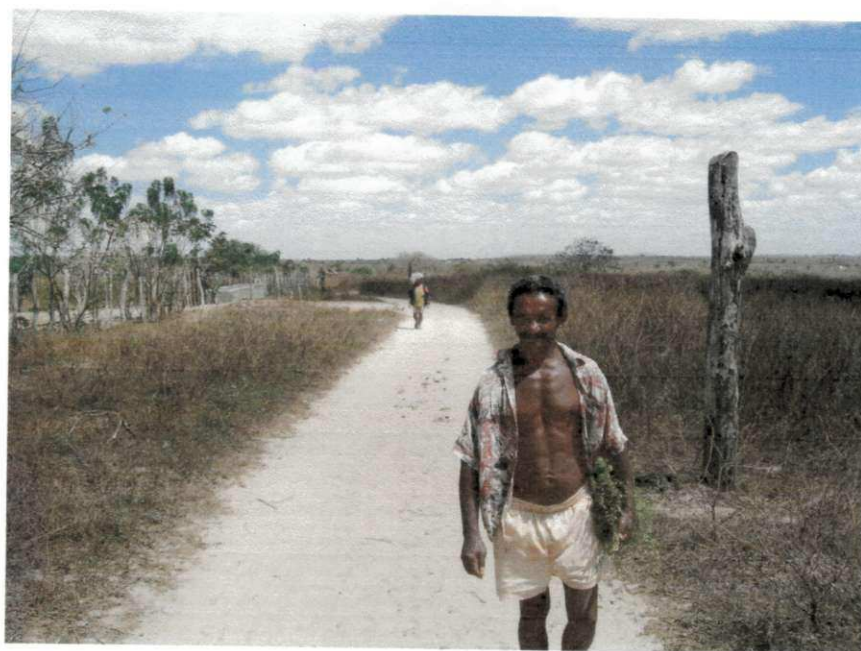


Foto 15 – Assentado e sua esposa vindo da pescaria – 2005



Foto 16 – Assentada tratando o peixe para o almoço – 2005



Foto 17 – Reunião de núcleo – 2005

Folders



Titulação Conjunta da Terra agora é obrigatória

O acesso das mulheres à terra, à renda e a todos benefícios sociais e econômicos é um passo importante para superação da pobreza e da desigualdade. O Estado tem responsabilidade em superar a dívida social com as mulheres promovendo políticas diferenciadas para o seu acesso às políticas públicas.

Segundo o Censo da Reforma Agrária (CRA) apenas 12,8% das mulheres são cadastradas como titulares de terras. Esse baixo número reflete, antes de tudo, um déficit estrutural na inclusão econômica.

A ausência da titularidade conjunta é obrigatória para as grávidas, crianças, culturas em que as mulheres eram subordinadas ao pai, ao marido ou ao irmão, em detrimento dos direitos previstos na Constituição Brasileira.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enfrenta essa dívida e realinha a luta dos movimentos sociais no campo, especialmente as de mulheres, ao instituir a política que torna a titulação conjunta obrigatória.

A obrigatoriedade da titulação conjunta reconhece a mulher como sujeito da reforma agrária, estimula a sua permanência no campo e promove a construção, de fato, da igualdade entre homens e mulheres no meio rural.

www.mda.gov.br

Quem é titularidade conjunta?

A titularidade da terra se dá, de acordo com a lei, de forma obrigatória a titularidade da terra em nome do homem e da mulher.

Não sempre foi assim

O titular reconhecido, ou seja, o dono da terra no papel, era sempre o homem. Já existiam condições para realizar uma titulação conjunta, mas isso, na prática, não acontecia.

Em quais situações a titulação é conjunta e obrigatória?

Casamento e União Estável.

E se o casal se separar, com quem fica a terra?

Se estiver sendo legalizada, ou seja, em processo de titulação, a terra ficará com a mulher, desde que ela tenha a guarda dos filhos.

Como ficam os homens em caso de separação?

Eles devem estar como requerentes em lista de prioridade de assentamentos da reforma agrária.

E se houver uma falsa separação?

Essa atitude será considerada fraude e sofrerá as penas previstas em lei.

Como ficam os terrenos que já foram titulados?

As mulheres e homens interessados deverão procurar um cartório de imóveis para requerer a modificação, levando documentos pessoais (Carteira de Identidade e CPF) e de regularização fundiária do lote.

E os casos em processo de assentamento?

Deverão requerer junto ao INCRA a inclusão da mulher como titular e apresentar documentação que comprove a relação conjugal.

Mais informações

Superintendência do Desenvolvimento Agrário
Telefone: (61) 411-2125

Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Étnia
End: SBN Quadra 1, Ed. Palácio do Desenvolvimento, Sala 2104, 11º andar, CEP 70020-900 - Brasília/DF
Telefones: (61) 436-6947/436-9447
E-mail: acoes afirmativas@mda.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA
Site: www.mda.gov.br

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DOS ASSENTADOS

| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
|---------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Tratos culturais | X | X | X | | | | | | | | | X |
| Plantar Feijão | X | | | | | X | X | X | X | | | |
| Colher Feijão | | | | X | X | | | | | X | X | |
| Plantar Milho | X | | | | | | X | X | | | | |
| Colher Milho | | | | | X | X | X | X | | | | |
| Plantar Batata doce | | | | | X | X | | | | | | |
| Colher Batata doce | | | | | | | | X | X | X | X | |
| Plantar Mandioca | | | | X | X | X | | | | | | |
| Colher Mandioca | | | | | | | | | | X | X | X |
| Plantar Fava | X | | | | | | X | X | | | | |
| Colher Fava | | | | | X | | | | | X | X | |
| Plantar Palma | X | | | | | | | | | | X | X |
| Fazer forragem | X | | | | | X | | | X | X | X | X |

ENTREVISTA INFORMAL COM ESPOSA E MARIDO SOBRE A MARCHA:

VOCÊ FOI PRA MARCHA EM BRASÍLIA? Fui.

COMO FOI? Ah foi ótimo, né? Porque a gente participou de tudinho, tudo que se passava lá a gente tava tudo indo no meio, era tudo combinado um com o outro e quando tinha uma reunião a gente ia botar os assuntos pra o grupo da gente ir pra lá também conversar, era homem com mulê e ia assim a batalha.

E TEU ESPOSO NÃO FOI NÃO?

Foi não, só quem foi fui eu.

PORQUE ELE NÃO FOI?

Porque eu achei que era um pouco meio ruim né? Pra sair logo os dois assim e deixar aí tudo a toa.

ELE NÃO SE OPÔS? Não, ele num disse nada não.

FICASSE QUANTO TEMPO LÁ? Vinte dias.

E FOI BOM LÁ? Pra mim foi.

TINHA MUITA MULHER OU ERA MAIS HOMEM? Não, tinha mais muleres do que homem.

E QUAL FOI A LIÇÃO QUE VOCÊ TIROU DESSA EXPERIÊNCIA? Eu tirei muita experiência né? Lá, porque uma coisa que a gente mesmo, eu mesmo nunca tinha ido né? Nunca tinha visto, né? Aí fui pela primeira vez, gostei, só achei meio ruim um pouquinho as cacetadas, mas a gente leva.

E BATIA NAS MULHERES? Em tudo lá, mas assim mesmo a gente enfrentou.

E TINHA CRIANÇAS? Tinha, era os policiais que metia o cacete mesmo, num tinha boquinha não era pra apanhar mesmo, num queria saber se era mulher, se era homem, o que fosse pra frente dele era pau mesmo. Eu levei duas cacetadas, se pega (risos).

QUANDO TEM REUNIÕES DO MST, VOCÊ PARTICIPA? Participo, agora quando eu num posso vir aí Deda (o marido) vem. As mulheres debatem, tem que debater também, pede ocasião e na vez da gente a gente fala.

VOCÊ GOSTA DA VIDA AQUI NO ASSENTAMENTO? Eu graças a Deus até hoje..., eu sou mais tá aqui dentro dos mato do que tá próprio na cidade.

ONDE VOCÊ MORA V A ANTES? Eu morava no Distrito dos mecânicos, eu conheci Deda em Campina, trabalhando em cima duma caçamba que eu e ele trabalhava. Desde a idade de oito ano que eu trabalho na agricultura, fui criada assim, por isso já tou acostumada a pegar no pesado.

E SUA VIDA ANTES, VOCÊ TEM FILHOS? Tenho cinco filho, tive cinco filho, cinco pai e num tem seis filho, seis pai porque eu sou ligada (risos), é pra botar o Brasil pra frente. Dei duas, uma mora em Recife e a outra em Campina e um Deus levou e os outros dois mora aqui.

ENTREVISTA INFORMAL COM O MARIDO DA ASSENTADA ACIMA:

PORQUÊ SANTINHA FOI PRA MARCHA E O SR NÃO FOI?

Porque eu num podia sair, num ia deixar aqui só, tinha as galinha pra dar de comer.

E O SR NÃO QUERIA IR NÃO E DEIXAR ELA? Não, mas ela..., eu preferi ela ir e eu ficar. **E NÃO ERA ARRISCADO NÃO, PERIGOSO?** Não que ela foi acompanhada com muita gente, num só foi ela só, foi muita gente daqui.

E O SR NÃO SE INCOMODA COM ISSO NÃO, NÃO TEM CIÚME? Não, tem não, ela quer que quando tiver outra marcha eu vá no lugar dela, mas eu num vou não.

O SR NÃO GOSTA? Eu num gosto dessas coisas, mas eu acho que ela num vai mais não, ela disse que não ia nãQ porque é grossa a barra.

O Incra na Paraíba realiza emissão de documentos às trabalhadoras.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na Paraíba (Incra-PB) realizará a segunda etapa de mutirões para a emissão de documentos à trabalhadora rural. Mais de 1.650 assentadas e acampadas da reforma agrária de 20 municípios do alto sertão paraibano serão beneficiadas, de forma gratuita, com a emissão de certidão de nascimento, carteiras de identidade e trabalho, CPF e registro do INSS. As cidades de Cajazeiras, Aparecida, Jericó, Patos e São José das Espinharas vão funcionar como centrais de atendimento. A II etapa de mutirões envolve 38 Projetos de Assentamentos e acampamentos.

Segundo o Superintendente do Incra na Paraíba Júlio Cezar Ramalho, o Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra tem por objetivo de garantir as mulheres a sua cidadania e preservar seus direitos sociais e econômicos, através da emissão gratuita desses documentos. "Esses documentos possibilitará às mulheres a inclusão social e o acesso às políticas sociais do governo, a exemplo dos créditos do Pronaf, titularidade conjunta da terra, Bolsa Família, benefícios previdenciários, entre outros", destacou Júlio Cezar.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) estão lançando a cartilha *É a Vez das Mulheres*. Essa publicação faz parte do Programa de Ações Afirmativas, que visa promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, tanto na instituição quanto no campo.

A cartilha fornece informações sobre a questão das cotas destinadas às mulheres em cargos de decisão e chefia do MDA e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e esclarece sobre a dinâmica do Pronaf / Secretaria de Agricultura Familiar (SAF).

O manual aborda as formas de acesso das trabalhadoras rurais ao crédito, capacitação e assistência técnica diferenciadas. Expõe o papel das mulheres na agroecologia e na agricultura familiar, além de divulgar as ações relacionadas à conquista da destinação preferencial de, no mínimo, 30% do total de financiamentos da safra da agricultura familiar 2001/2002 para mulheres que apresentem projetos prováveis.

A cartilha é destinada às trabalhadoras rurais, às lideranças locais e aos técnicos e técnicas envolvidos com a agricultura familiar. O material também serve de fonte de informações e pode ser usado como instrumento de trabalho para oficinas e cursos de capacitação, programas de rádio ou seminários para direções de sindicatos e associações.